



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

ISNABA ANO MENDES

O CRIOULO E CONTATOS LINGUÍSTICOS NA GUINÉ-BISSAU

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ISNABA ANO MENDES

O CRIOULO E CONTATOS LINGUÍSTICOS NA GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491c

Mendes, Isnaba Ano.

O crioulo e contatos linguísticos na Guiné-Bissau / Isnaba Ano Mendes. - 2023.
78 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

1. Contato linguístico - Guiné-Bissau. 2. Língua crioula - Guiné-Bissau - Aspectos políticos. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.09665

ISNABA ANO MENDES

O CRIOULO E CONTATOS LINGUÍSTICOS NA GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 31 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos (Orientador)

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo (USP)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Denílson Lima Santos

Doutor em Estudos Literário – Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença

Doutor em Letras – Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo (USP)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho aos meus pais, por tudo que fizeram por mim para que eu chegue aonde estou hoje. Por toda ajuda que deram para a minha educação e formação. De igual modo, dedico o presente trabalho para os meus irmãos, pelas orientações e proteção que me deram todos esses anos até o momento presente.

AGRADECIMENTOS

Em primeira ocasião, agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade de conseguir a vaga de estudo superior numa das universidades brasileiras, como sempre foi o meu sonho. Agradeço a Ele pela força de persistência que tem me dado para que eu nunca desistisse, por mais que estivesse muito distante da minha família.

Meus sinceros agradecimentos aos meus pais que de alguma maneira de tudo fizeram para que eu fosse quem sou e chegasse onde cheguei hoje. Como sempre contava meu pai para nós, na aldeia, ainda criança, ele certas vezes fugia de levar os gados para a pastagem no campo só para poder ir à escola (da missão católica), assim como os outros colegas dele e, quando era descoberto pelos pais, lhe batiam por isso, ainda assim, nunca desistiu. Aposto que ele sempre queria nos (nós os filhos dele) mostrar com isso o quanto é importante apostar nos estudos e não desistir por nada. Sempre quis que eu fosse igual ou melhor, mas nunca menos que ele, pois percebi que o objetivo dele era para que os filhos comessem onde ele parou, que alcançassem lugares que ele não conseguiu alcançar. Acredito que ele alcançou o seu objetivo e cabe a mim seguir as suas caminhas.

Aproveito ainda esta oportunidade para agradecer a todos os meus professores e professoras desde o meu primeiro semestre na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – a UNILAB, pelas contribuições que ofereceram para a minha graduação. Os conselhos, as orientações acadêmicas que direta ou indiretamente deram para que eu possa sair com competência e determinação para a minha inserção na sociedade profissional e dar a minha contribuição no meu país. Nesta mesma linha, agradecer à UNILAB de um modo mais geral e abrangente, pela concessão, oferta e o estabelecimento da parceria com os países de PALOP, em especial, pela concessão de bolsas de estudo aos jovens da Guiné-Bissau. Portanto, fico muito grato pela bolsa do PAES (auxílio moradia e alimentação) que recebi desde o meu primeiro semestre letivo até o último, sem sequer faltar um mês dos R\$: 530,00.

Aos projetos de bolsas internas concedidas pela universidade, sobretudo, falando da bolsa da iniciação à docência (da Residência Pedagógica - RP) que participei durante 18 meses, entre outras. Como o próprio nome indica, a universidade nada mais é do que um campo que prioriza estudos em extensão, em outras palavras, ela não se limita apenas no desenvolvimento de conhecimento internamente, mas sim expande os seus horizontes para vários ramos de conhecimento que não estão dentro dela. Nesta ótica de ideia, os cursos e minicursos de extensão, os projetos de pesquisa, os projetos de bolsas são, entre outros,

fatores que justificam essa definição abrangente do conceito de universidade. Quero aproveitar também a ser grato às organizações estudantis da UNILAB, sobretudo, a ASEA, neste caso, a Associação de Estudantes e Amigos da África, que direta ou indiretamente ajudou de alguma forma a resolver problemas estudantis dos quais eu fazia parte.

Dirijo os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos, pela dedicação e paciência que tem demonstrado para comigo desde os primeiros momentos que iniciamos a construção deste presente trabalho. Admito que não foi fácil tanto para ele, quanto para mim e, por isso, não desperdiçarei nenhuma das orientações sobre a elaboração de trabalhos acadêmicos científicos que ele voluntariamente passou para mim. Os seus ensinamentos, assim como de todos os que foram meus professores neste campus universitário eu levarei comigo e sempre farei o caso de partilhar da melhor forma tudo que aprendi nestas ocasiões, aonde quer que eu esteja atuando como um profissional.

Aos colegas estudantes da minha entrada e da minha turma, pela contribuição que têm dado para o sucesso da minha caminhada na academia. E aos que colaboraram para apuramento de alguns dados que serviram de suporte para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo debater a questão da situação linguística na Guiné-Bissau, com um enfoque especial para o crioulo guineense, no que tem a ver com a sua função de representatividade na sociedade guineense, sendo a língua do contato cotidiano dos cidadãos. Nesta mesma ocasião, o trabalho apresenta a realidade linguística no que diz respeito os contatos entre as línguas dos diferentes grupos étnicos que compõem a população guineense e contando também com a língua portuguesa. O crioulo guineense é a principal língua do país, sendo a língua materna da maioria da população e a mais falada em todo o território nacional. Ainda, o trabalho debate questão de política linguística existente na Guiné-Bissau, com o foco na realidade das duas principais línguas nacionais, neste caso, o português e o Crioulo guineense, sobretudo no que se refere aos seus lugares de ocupação no país. Ainda buscou-se entender a necessidade da implementação de um sistema bilíngue no setor do ensino. Visto que a língua é um fator muito primordial para o processo do ensino e aprendizado, muitos autores neste trabalho apontam para questões linguísticas como uma das causas para eventuais fracassos escolares de alguns alunos, ou seja, a língua oficial do ensino é uma das que possuem o menor número de falantes, portanto, os alunos chegam nas escolas falando as suas línguas maternas, que neste caso seria o crioulo, sobretudo. O caminho percorrido para a elaboração do presente trabalho diz respeito a pesquisa bibliográfica, com exploração de textos trabalhados em prol de assuntos sociolinguísticos da Guiné-Bissau e não só. Concluiu-se que a situação linguística apresenta de fato uma realidade muito interessante, pois, na hierarquização das línguas, em termos de seus lugares de privilégio, é o português que assenta como a primeira, a língua da governação, em segundo lugar, vem o crioulo e, por último, são as línguas étnicas. Concluiu-se ainda que as línguas étnicas no país possuem uma grande relação com a cultura dos povos, este fato se verifica na atribuição dos nomes tradicionais às pessoas. Os nomes tradicionais, neste caso, são capazes de carregar consigo mensagens ou informações referentes a pessoa, relativamente a situação em que ela nasceu ou identificar de que etnia é a pessoa.

Palavras-chave: contato linguístico - Guiné-Bissau; língua crioula - Guiné-Bissau - aspectos políticos.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the linguistic situation in Guinea-Bissau, with a special focus on the Guinean Creole, in terms of its representative function in Guinean society, being the language of daily contact of the citizens. On this same occasion, the work presents the linguistic reality with respect to the contacts between the languages of the different ethnic groups that make up the Guinean population and also counting on the Portuguese language. Guinean Creole is the main language of the country, being the mother tongue of the majority of the population and the most widely spoken throughout the country. Furthermore, the paper discusses language policy issues in Guinea-Bissau, focusing on the reality of the two main national languages, in this case, Portuguese and Guinean Creole, especially with regard to their place in the country. We also tried to understand the need for the implementation of a bilingual system in the education sector. Since language is a very primordial factor for the teaching and learning process, many authors in this work point to linguistic issues as one of the causes for eventual school failures of some students, that is, the official language of education is one that has the fewest speakers, therefore, students arrive at school speaking their mother tongues, which, in this case, would be Creole, above all. The path followed for the elaboration of the present work concerns bibliographical research, with the exploration of texts worked on behalf of sociolinguistic issues in Guinea-Bissau and not only. It was concluded that the linguistic situation presents a very interesting reality indeed, because in the hierarchy of languages, in terms of their places of privilege, it is Portuguese that sits as the first, the language of governance, in second place comes Creole, and last are the ethnic languages. It was also concluded that the ethnic languages in the country have a great relationship with the culture of the people, this fact is verified in the attribution of traditional names to people. Traditional names, in this case, are able to carry with them messages or information concerning to the person, concerning where the person was born, or identifying what ethnicity the person is from.

Keywords: Creole language - Guinea-Bissau - political aspects; linguistic contact - Guinea-Bissau.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa Político da Guiné-Bissau	17
Figura 2	Mapa do reino do Gabú	21
Figura 3	Movimento dos Fulas nos séculos XV e XVI	24
Figura 4	Mapa etnográfico da Guiné-Bissau	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Línguas da subfamília Oeste-atlântico	35
Quadro 2	Língua da subfamília mande	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados do censo de Instituto Nacional de Estatística – INE	18
Tabela 2	Dados de 3º RGPH, 2009	34
Tabela 3	Dados do recenseamento de falantes em 1979 e 2009	37
Tabela 4	Língua materna aprendida por alunos	66
Tabela 5	Local (ambiente) em que o português foi aprendido	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	GUINÉ-BISSAU: PANORAMAS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS	17
2.1	O PODER MANDINGA (MANDINKA) NO ENTÃO REINO DE GABÚ	20
2.2	O PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL/POLÍTICO	24
3	CONTATOS LINGUÍSTICOS NA GUINÉ-BISSAU	29
4	AS LÍNGUAS ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU	33
4.1	AS LÍNGUAS E SUAS CLASSIFICAÇÕES	35
4.2	QUAL É O LUGAR DAS LÍNGUAS ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU?	38
4.3	A LÍNGUA E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES TRADICIONAIS	42
5	O CRIOULO COMO A LÍNGUA PRÓPRIA	45
5.1	FASES DE USO DO CRIOULO GUINEENSE: MOMENTOS ANTES E APÓS A INDEPENDÊNCIA	46
5.2	O ENSINO DA LÍNGUA CRIOULA	50
5.3	O CRIOULO E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA	51
5.4	A LÍNGUA DO CONTATO COTIDIANO DOS CIDADINOS DE BISSAU	54
6	O CRIOULO EM CONFRONTO COM A LÍNGUA PORTUGUESA	56
6.1	O CRIOULO E O PORTUGUÊS NAS SALAS DE AULA	58
6.2	O USO DO CRIOULO EM RELAÇÃO AO PORTUGUÊS NOS EVENTOS POLÍTICOS	61
7	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU	64
7.1	O PODER DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICAS GUINEENSE	65
8	A NECESSIDADE DE UM ENSINO BILINGUE NA GUINÉ-BISSAU	69
8.1	O ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA	70
8.2	O ENSINO DO PORTUGUÊS	72
8.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	73
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau adquiriu o título de República e de Estado soberano a partir da proclamação unilateral de sua independência que data de 24 de setembro de 1973, sendo, antes disso, um território com uma organização social diferente daquilo que se conhece nos dias atuais. O país é considerado colônia da coroa portuguesa a partir do século XV, visto que no ano de 1446, o navegador e explorador Nuno Tristão foi considerado o primeiro europeu português a chegar à costa da Guiné com a sua embarcação (COUTO e EMBALÓ, 2010).

O país é identificado como um Estado com um mosaico étnico enorme. Os diferentes grupos étnicos ou tribais estão distribuídos por todas as regiões, sendo que cada grupo possui a sua própria língua, modo de ser e características culturais que o identifica. Apesar disso, na maioria das circunstâncias, expressões culturais e tradições aparecem idênticas entre algumas etnias, no entanto, praticamente é comum detectar diferenças nos modos de procedimento. No que concerne às referidas línguas étnicas, segundo Couto e Embaló (2010, p. 28-29), as principais na Guiné-Bissau seriam:¹ *Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel, Felupe, Beafada, Bijagó, Mancanha, Nalu*. As etnias que, na afirmação de Silva e Sampa (2017), apresentam pequenas semelhanças em termos fonológicos, sobretudo na denominação de objetos ou animais, correspondem à *manjaca, mancanha e papel*.

Por outro lado, frente à uma sociedade plurilíngue, o crioulo guineense tem um papel muito fundamental enquanto desempenha a função da língua franca no país, uma língua veicular e materna da maioria da população guineense (MANÉ, 2018, p.13). Sendo uma língua que todos os guineenses possuem em comum, inclusive os estrangeiros residentes no país, ela é usada no dia a dia da população, tanto em casa, na rua, nos mercados, nas escolas, entre outras localidades.

O crioulo é a língua mais falada na Guiné-Bissau, isso porque esse idioma surgiu como resultado do contato da língua portuguesa com as línguas nativas africanas presentes no país, propriedades de vários grupos étnicos ou tribos africanas. Nesta base de ideia, todos os grupos étnicos no território apropriam dessa língua para se poder manter os seus contatos linguísticos e as suas relações cotidianas umas com as outras na sociedade, não tendo, portanto, sequer uma única língua étnica que seja predominante no território, sendo falada, neste caso, como a principal perante o resto.

¹ São consideradas as principais línguas étnicas da Guiné-Bissau aquelas com números de falantes maiores em relação as outras, neste caso, são línguas Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel, Felupe, Beafada, Bijagó, Mancanha, Nalu, (COUTO E EMBALÓ, 2010).

Apesar de o crioulo guineense ser a língua mais falada de todas as outras, esta não possui até nos dias atuais uma padronização oficializada da sua escrita. Em outras palavras, essa língua oficialmente não tem uma norma definida como a única a ser utilizada como acontece no caso da língua portuguesa, portanto, não há uma regra definida específica para a sua grafia convencional, pois, sendo a principal língua de comunicação entre alunos nas escolas, ainda assim não ocupa o lugar de língua do ensino no país. Esta língua consegue manter estável e definitivamente os contatos e relações linguísticas entre os diferentes grupos étnicos presentes no território e também pessoas provenientes dos países estrangeiros.

O desenvolvimento deste trabalho se caracteriza de maneira a considerar as seguintes seções: para isso, não levando em consideração esta seção introdutória e a parte das considerações finais, o trabalho está desenvolvido em 8 capítulos.

O segundo capítulo abordará a contextualização da Guiné-Bissau no que tange as questões geográficas e de sua localização, apontando para distribuições regionais e da população, assim como também debate um pouco sobre assuntos históricos e de organização social, precisamente falando da era pré-colonial, colonial e pós-colonial. O terceiro capítulo discute processo de contatos linguísticos vigentes na Guiné-Bissau, considerando que o país alberga uma grande variedade de línguas, ou seja, a sociedade do que se fala é praticamente multilíngue. Já o quarto capítulo fala das línguas étnicas presentes na Guiné-Bissau. No decorrer deste capítulo, é debatido a questão da classificação de tais idiomas, o lugar de pertença deles. Além disso, também é trazido o contexto da relação entre língua e cultura de atribuição de nomes tradicionais às pessoas. O capítulo quinto aborda o crioulo em si como sendo uma língua própria, que possui um status de principal idioma de comunicação entre etnias, sobretudo. Fala das duas principais fases da utilização desta língua, neste caso, no período colonial e depois da independência do país. Debate sobre a relação entre o crioulo guineense e a cultura no país, assim como a função que possui como língua de contato entre os cidadãos da cidade de Bissau. O sexto capítulo destaca os dois principais idiomas, o português e do crioulo guineense, no que tem a ver com a utilização delas, sobretudo no âmbito acadêmico e na esfera dos eventos políticos. Aponta para a posição social do crioulo na sua função de representar a sociedade linguisticamente; ao passo que o português aparece como o principal idioma da comunicação do Estado por estar em lugares de prestígio. Já o sétimo aborda as questões das políticas linguísticas na Guiné-Bissau, relacionando-as com a realidade linguística da sociedade no que tem a ver com a posição, sobretudo das duas principais línguas do país, o português e o crioulo, principalmente na área do ensino e aprendizado. Por fim, o oitavo capítulo tem um enfoque na necessidade de aplicação de um

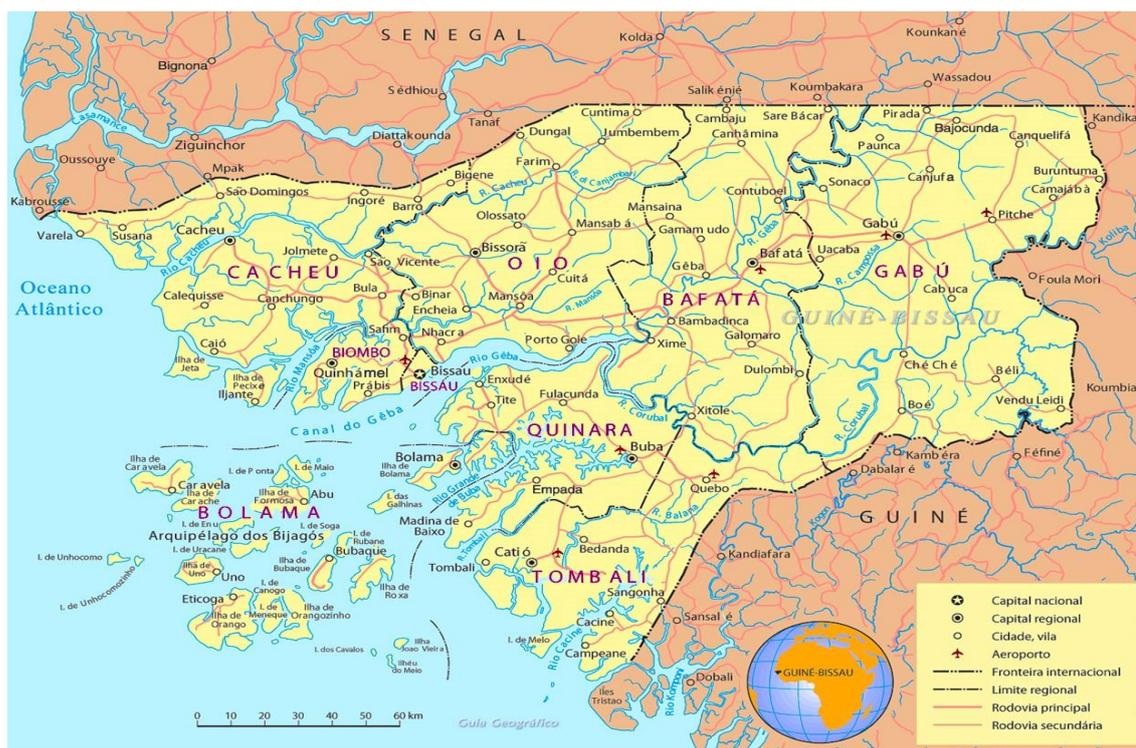
ensino bilíngue no país. São trazidas as opiniões de alguns guineenses, sobre a necessidade ou não da inclusão do crioulo no ensino, assim como é o caso do português.

2 GUINÉ-BISSAU: PANORAMAS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

A república de Guiné-Bissau, que corresponde à antiga costa da Guiné, é um país situado na costa da África do Ocidente, com uma extensão territorial que corresponde a 36.125 km², fazendo fronteiras com dois países da colônia francesa, o Senegal (situado ao Norte), e a Guiné Conacri (encontrada ao Leste e Sul), sendo a Oeste banhado por oceano Atlântico (COSTA, 2014).

Possui a grande parte do seu território na zona continental, uma menor parte está composta por mais de 88 ilhas² e ilhéus habitadas majoritariamente por povos Bijagós, um dos grupos étnicos guineenses. Ao todo, o país está composto por 8 regiões, sendo elas: Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama. Possui, assim, 37 setores, tendo a cidade de Bissau como o setor autônomo e a capital do país (SANTOS, 2015, p. 8).

Figura 1 - Mapa Político da Guiné-Bissau



Fonte: Guine Bissau Mapa (africa-turismo.com)³

² Das 88 ilhas que compõem a zona insular da Guiné-Bissau, apenas 23 estão habitadas, isto, maioritariamente por bijagós, sendo, portanto, habitadas por pessoas de diferentes outros grupos étnicos.

³ [Guine Bissau Mapa \(africa-turismo.com\)](http://Guine Bissau Mapa (africa-turismo.com)) (acessado em 10/12/2022).

Na tabela que se segue, pode-se encontrar a distribuição territorial, regional e populacional do país. Os dados foram retirados do Boletim Estatístico da Guiné-Bissau, “Guiné-Bissau em números – 2017”, através de Instituto Nacional de Estatística com o censo realizado nos anos: 1979, 1991 e 2009.

Tabela 1 - Dados do censo de Instituto Nacional de Estatística - INE

Região/Setor	Superfície Km ²	Censo de 1979		Censo de 1991		Censo de 2009	
		População	DP	População	DP	População	DP
Guiné-Bissau	36.125	767,739	21.3	979,203	27.1	1,449,230	40.1
Tombali	3,736.5	55,099	14.7	71,065	19.0	91,089	24.3
Quínara	3,138.4	35,532	11.3	42,960	13.7	60,777	19.3
Oio	5,403.4	135,114	25.0	155,312	28.7	215,259	39.8
Biombo	838.8	56,463	67.3	59,827	71.3	93,039	110.9
Bolama	2,624.4	25,743	9.8	26,891	10.2	32,442	12.3
Bafatá	5,981.1	116,032	19.4	145,088	24.3	200,884	33.6
Gabú	9,150.0	104,315	11.4	136,101	14.9	205,608	22.4
Cacheu	5,174.9	130,227	25.2	146,570	28.3	185,053	35.7
Sector autónomo de Bissau	77.5	109,214	1,409.2	195,389	2,521.1	365,097	4,710.9

Fonte: Boletim Estatístico da Guiné-Bissau: Guiné-Bissau em números (2017).

Como se pode observar, a estimativa do ano 2009 apresenta uma população correspondente a 1.449.230 habitantes, no entanto, no ano 2017 esse número subiu para 1.922.771 da população total na Guiné-Bissau, segundo Cá (2019, p. 17), referindo-se aos dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

A Guiné-Bissau está repleta de vários grupos étnico tribais, contendo cada um a sua própria língua e cultura, em maioria dos casos, algumas línguas ou culturas muito se assemelham entre duas ou mais etnias, este é um fato que existe desde os primeiros tempos em que o referido território ainda não recebeu o título de país Estado democrático ou colónia europeia, ou seja, antes mesmo da chegada dos exploradores europeus.

Uma das razões para a grande concentração de línguas e interações intrínsecas de culturas, tem a ver com o tamanho do território que é relativamente pequeno, 36.125 km². Ainda, para essa grande concentração de povos num espaço territorial tão reduzido, Ié (2019, p. 6) aponta para o fator das guerras, ou seja, havia muitas invasões durante vários séculos na África, essas invasões resultaram na deslocação de pessoas ou grupos de diferentes tribos que

consequentemente chegaram ao território da atual Guiné-Bissau e consideraram esse local como lugar de refúgio. Portanto, esta é uma das razões para uma agregação linguística variada hoje conhecida no país.

Na mesma passagem, o autor apresenta uma teoria referente ao surgimento do termo Guiné-Bissau, para isso, este nome derivaria de Djeneé Bissassu. Ele explica que a Beafada, uma das etnias guineenses que também possui o mesmo nome para a sua língua, é a principal, por ventura, a única população responsável historicamente para a origem sobretudo do segundo termo, Bissau. O primeiro termo, topônimo Guiné, derivaria de Djeneé, o nome atribuído a uma cidade pertencente ao então império de Mali, (COSTA e RESENDE, 1994 *apud* IÉ, 2019). E, por sua vez, como apontado acima, o nome Bissau derivaria de Bissassu. Ele explica que o povo Beafada teve a sua descendência a partir de dois irmãos, neste caso, o Mecau e a sua irmã Pungenhum, para esta última, foi atribuída a sucessão “matrilinear”, ou seja, da parte dela, nasceu o clã dos Intchassu⁴, termo em singular, e no plural seria Bissassu, como apontado, este daria no nome Bissau. A razão para atribuição desse nome ao lugar que pertence até hoje é que os Beafadas habitavam a região, em outras palavras, este grupo étnico ocupava a zona que atualmente se conhece como a cidade de Bissau, sendo, portanto, o nome Bissau herdado dos clãs Intchassu, descendentes da Pungenhum, uma das responsáveis para o surgimento do povo Beafada, (IÉ, 2019).

Assim como acontece nos dias de hoje, a Guiné-Bissau é historicamente um país agrícola. Na época pré-colonial, a produção era coletiva (até nos dias atuais), a economia familiar era baseada na agricultura e na criação de gado. Esta tradição é para todos os grupos étnicos presentes no território, no entanto, existem etnias que se identificam mais com uma das formas de proceder tradicionalmente com as atividades de sustento familiar.

Além desses casos mencionados, como o país apresenta uma característica muito favorável à vida humana, há muitas zonas hidrosféricas, ou seja, as atividades das populações também se assentavam nas pescas (para a população que vive mais nas zonas costeiras, sobretudo, o Bijagó), na caça, entre outras áreas.

As pessoas não apenas se limitavam às atividades mencionadas, mas sim praticavam suas habilidades no setor do artesanato, ou seja, eram escultores e se dedicavam também no comércio de produtos, tanto alimentares, como de outras necessidades, através de ações de trocas comerciais dos produtos. Produziam seus próprios instrumentos de trabalho, sobretudo

⁴ O nome Intchassu, como se pode observar, pertenceria a esse grupo étnico, ou seja, este nome é utilizado como apelido na etnia Beafada, tendo, portanto, pessoas com este apelido que é um nome tradicional.

quando se fala da área de agricultura. Atividades voltadas a produção agrícola eram as principais para o sustento das famílias dos variados grupos étnicos da Guiné (CÁ, 2000).

Como se pode observar no parágrafo acima, o autor debate a questão histórica do país tendo em vista a época pré-colonial, portanto, pode-se perceber que a vida realmente se vivia no território hoje a Guiné-Bissau, assim como se vivia no resto das outras localidades do continente africano. Havia tradições, culturas, modos de ser e organizações sociais e civilizatórias típicas dos africanos e, em particular, dos povos guineenses, porém, o rumo da sociedade dessa época pré-colonial viria a mudar-se a partir da chegada dos exploradores europeus por toda a África, começando por autoridades portuguesas. Mas, este assunto terá seu detalhamento na seção que se segue.

2.1 O PODER MANDINGA (MANDINKA) NO ENTÃO REINO DE GABÚ

A Guiné-Bissau, antes da chegada dos portugueses, já foi um território repleto de organizações sociais tribais, ou seja, já havia povos em que se encontravam consolidados os seus poderes tradicionalmente como acontecia com o resto das outras localidades no continente africano. Esta seção debate questões relacionadas à época pré-colonial, no que respeita a organização social de um dos vários grupos étnicos do país, o Mandinga, e o seu reinado nas regiões de Gabú ou Kaabu.

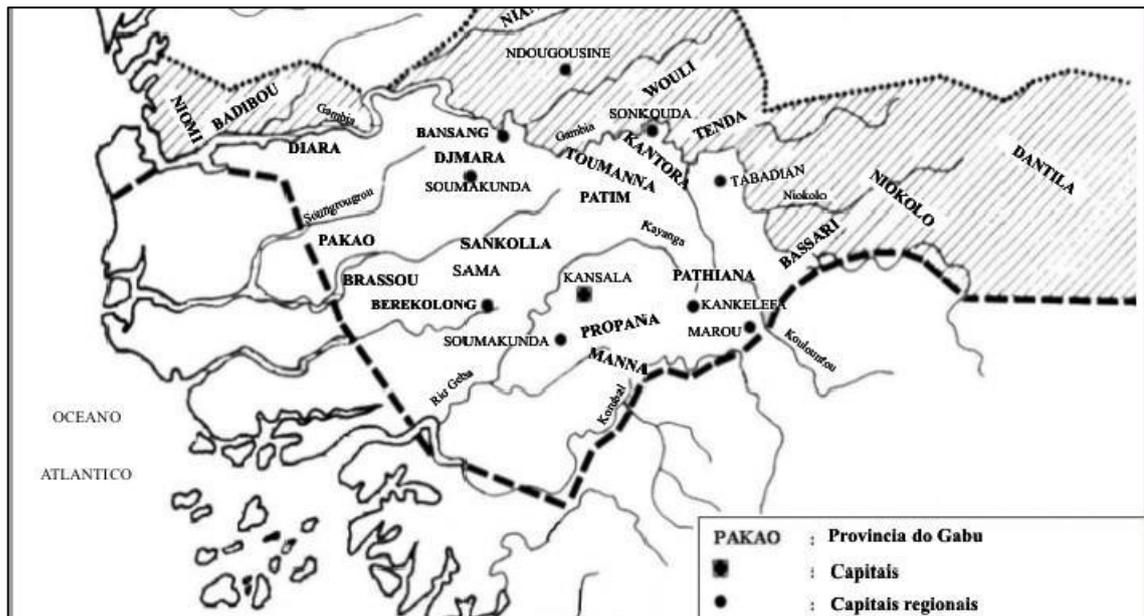
Em maioria das ocasiões, quando os autores debatem questões geográficas e históricas da Guiné-Bissau, mencionam a fundação, o crescimento e o declínio do império de Gabú. Este assunto se faz presente em muitas obras, porém, não obstante a existências dos outros poderes tradicionais no país. Como pode-se entender, existem muitos grupos étnicos tribais, todos eles com as suas histórias próprias e os seus modos de viver. Desta forma, o poder da etnia mandinga teve um auge muito notório em relação aos outros reinos⁵.

Para isso, vale considerar que antes da chegada dos europeus, o continente africano já possuía uma sociedade repleta de reinos e ou impérios, com uma classe política típica de África, nesta ocasião, as áreas de Senegâmbia, para ser mais preciso, o território de atual Guiné-Bissau (sobretudo ao nordeste) e Cassamansa, grosso modo não fugiria dessa realidade. O reino de Gabú (Kaabu), na atual Senegâmbia (território que abrangia sobretudo a atual

⁵ Na história da Guiné-Bissau, é muito evidente perceber a presença dos poderes tradicionais, para isso, alguns grupos étnicos apresentam mais essa tradição, como por exemplo, a etnia mandinga, papel, entre outras que possuem os Régulos (reis ou autoridades tradicionais). Porém, outros grupos possuem características um pouco diferente, como no caso da etnia balanta, esta, devido a sua organização social, não possui Régulos, mas sim, anciões que responsabilizam da proteção das comunidades e representa-las nas tomadas de decisões.

Gâmbia, Guiné-Bissau e sul de Senegal ou o Cassamansa) surgiu como uma antiga província do reino do Mali, ou seja, havia uma enorme ascensão do reino de Mali que estendeu a sua hegemonia política nas regiões ocidentais africanas, o reino de Gabú, que foi reino mandinga, por sua vez, surgiu como o resultado dessa hegemonia político militar desse reino, tendo vivido, portanto, entre os anos de 1537 e 1867 (SÁ, 2020).

Figura 2 - Mapa do reino do Gabú



Fonte: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/01/reino-de-gabu.html>⁶

O reino de Gabú existia como sendo uma parte fragmentada do reino do Mali que, segundo Intipe (2018), viveria o seu auge nos meados dos séculos XIII e XIV. Como apontado por Sá (2020), a etnia pertencente a este reino é a Mandinga, este grupo étnico marcou na África um importante papel no que diz respeito a história da civilização africana. Devido ao seu forte poder hegemônico, esse reinado estendeu-se ocupando territorialmente regiões de Koussanar, Koumpentoum, no sudeste de Senegal, sobretudo no Cassamansa, ou seja, esse reino compreendia os territórios como a atual Guiné-Bissau, Cassamansa e a Gâmbia, que fica na zona Sul do Estado senegalês, sendo Kansala a capital ou centro político, ao Norte do Gabú, que por sua vez, fica ao Leste do país (MANGO, 2018). Como normalmente podia acontecer nas sociedades hierárquicas dessa época, por um certo ou vários motivos, o império de Mali sofreu o seu pior momento, tendo, portanto, o seu declínio no século XV, (SEMEDO, 2011, p. 23 *apud* INTIPE, 2018, p. 16) desintegrando-se

⁶ <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/01/reino-de-gabu.html> (acessado em 10/12/2022)

gradativamente. O império de Gabú, que era praticamente um posto político militar, por sua vez, ganhou a sua própria autonomia e se consolidou como um império independente na região da então Senegâmbia.

Seguindo os mesmos paços históricos que o reino do Mali, o Gabú (Kaabu) cresceu, desintegrando-se totalmente do domínio do império do Mali no ano de 1537 e se fortificou econômica e militarmente, estendeu-se para as regiões da Alta Guiné, impondo a sua hegemonia política e militar sobre os povos da grande parte dessa região ocidental africana. Em 1705 o reino ganhou um poder militar e econômico enorme, nesta ocasião, foi possível manter contatos com os comerciantes europeus, sobretudo, os portugueses. Esses contatos resultavam nas trocas comerciais, sobretudo na venda de pessoas escravizadas, (SÁ, 2020). Essa nova potência Mandinga (Mandinka) na região ascendeu até ao ponto de dar início às invasões, conquistas e dominação dos outros povos, eles invadiam e oprimiam populações das outras tribos ou grupos étnicos, entre estes, o grupo étnico fula foi o principal alvo.

Os ataques contra os Fulas decorreram durante muito tempo, no entanto, para o mesmo autor, esses ataques tiveram finalmente contra-ataques militares, ou seja, foram os Fulas pertencentes à religião muçulmana que, ao se fortificarem com “a bandeira do Imamato de Futa Jallon”, desencadearam as ofensivas contra o reino de Gabú *Kaabu*⁷. Só para ter uma ideia, os Mandingas *Mandinka*⁸ dessa época, excetos os dos Estados da periferia do império que eram crentes muçulmanos, tinham as suas crenças nos ancestrais, ou seja, no Djalan, “forças dos seus ancestrais”, como demonstrado por Mango (2018). O autor aponta ainda afirmando que, depois do ano de 1790, persistiram os ataques Fulas e, para piorar a situação Mandinga, houve a morte de um Mansaba, o Yangi Sayon em 1849, morte que aconteceu como a consequência de uma dessas batalhas. Havia Fulas dentro do império de Gabú (Kaabu), como o resultado desses duradouros ataques entre as etnias, esses Fulas se ergueram contra o poder Mandinga, sob o comando de Alfa Molo Baldé, um general pertencente ao Futa Jallon, um dos reinos vizinhos.

O império de Gabú (Kaabu) era estrategicamente fortificado, as zonas mais importantes eram cercadas de muralhas enormes, o poder militar era forte e agressivo devido a economia crescente do reino. Essa potência do Estado Mandiga, como demonstrado anteriormente, se deu através de práticas comerciais e relações que as autoridades Mandingas estabeleciam com os comerciantes que movimentavam nas zonas costeiras do continente.

⁷ Kaabu é o termo mais conservador que corresponde a Gabú, como é utilizado atualmente por maioria da população, principalmente na língua crioula e por camada mais jovem de pessoas.

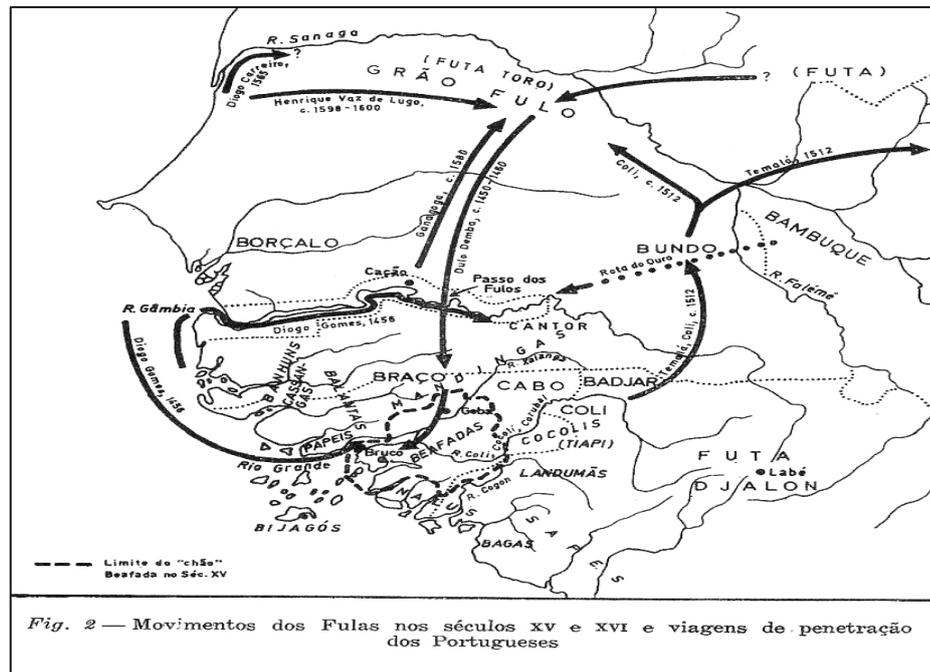
⁸ De igual modo, vale também para o termo Mandinka.

Sendo mais preciso, essas autoridades mandingas adquiriam seus produtos, sobretudo, as armas de fogo e munições dando em troca as pessoas escravizadas. Ainda assim, eles também tinham armas brancas, como escudos, espadas e outros instrumentos de guerra tradicionais.

É bom salientar aqui que, como prometido, o objetivo deste capítulo não vai ao encontro mais aprofundado daquilo que precisamente acontece durante todas essas batalhas entre os Fulas e Mandingas dentro do império do Gabú. No entanto, vale considerar que esse império seguiu os mesmos caminhos que o do Mali, ou seja, depois do seu tempo de auge, o Gabú enfraqueceu e, entre as causas para esse enfraquecimento, Sá (2020) aponta para a falta de mão de obra e, principalmente, o conflito interno dentro do reino, entre as altas autoridades em reivindicação ao trono. Nesta ocasião, ascendeu o Mansaba Janke Waali como o rei Mandinga.

O declínio do império do Gabú era de se esperar, pois os Fulas que faziam parte do império descontentavam com os regimes das autoridades mandingas que os maltratavam, ou seja, eram em maioria das vezes escravizados pelos Mandingas. A chegada da cavalaria do Imamato de Futa Jallon, que eram, portanto, religiosos muçulmanos, fez com que houve a guerra de Kansala (Turbante Kelo), em setembro do ano 1865. O número de soldados que foram mobilizados nessa campanha militar não se tem acesso neste trabalho, porém, como ainda explica o referido autor, o Futa Jallon disponibilizou 25 mil soldados para a batalha em Gabú (Kaabu), ainda, para ele, esse número foi aumentando através do apoio dos voluntários Mandingas convertidos em islamismo e pertencentes aos Estados periféricos do mesmo reino, descontentes com os regimes dos superiores. Os portões de Kansala foram penetrados com 12 mil guerreiros comandados pelo general Alfa Molo Baldé, sendo que somente 4 mil dos soldados saíram do Gabú.

Figura 3 - Movimento dos Fulas nos séculos XV e XVI



Fonte: Scantamburlo (2013, p. 12).

A queda de Kansala marcou o fim do reino de Gabú (Kaabu) e consequente controle da região pelo general Alfa Molo, dirigindo a região até a sua recua pelas forças europeias, sobretudo os franceses, na batalha de “Pore-Daka”, no ano de 1896, (SÁ, 2020).

2.2 O PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL/POLÍTICO

De um modo geral, a África fornecia cacau e algodão, entre vários outros produtos. Essas produções provinham dos campos com as pessoas escravizadas como os principais trabalhadores, se não os únicos. No caso da Guiné-Bissau, a história não se altera, para a facilidade dos colonizadores nos seus procedimentos, o nome da religião e consequente conversão de pessoas (africanos) “não civilizados”, no cristianismo serviu de base para o sucesso da era colonial e tráfico negreiro transoceânico.

Antes de tudo, é importante destacar que o atual território guineense foi atingido e ocupado, para evitar o termo “descoberto”, pelos navegadores e exploradores portugueses a partir do século XV, em 1446, até a data da sua independência total, em 1974, (BALDÉ, 2013, p. 12). Como acontecia a revolução industrial no continente europeu, segundo Cá (2000), muitos países da Europa partiam com olhos virados para o continente africano com fins de aquisição ou apropriação de produtos que sustentassem as suas atividades econômicas.

Segundo o mesmo autor, a África dispunha de tais recursos, como ferro, ouro, entre vários outros. Além disso, a mão de obra forçada serviu como o suporte para tais atividades escravocratas, portanto, do século XVI a XIX, aconteceram os principais processos de tráfico de pessoas escravizadas para as plantações sobretudo de cana de açúcar e algodão nas terras colonizadas.

Vale considerar que a ocupação dos territórios da Guiné pelos portugueses começou só no ano de 1558, Santos (2015). Essa ocupação resultou na criação da vila de Cachéu, situada na região Norte do país, e servia para assegurar o processo de comércio através dos outros territórios conquistados. Segundo o mesmo autor, havia uma razão para que os colonos priorizassem os seus estabelecimentos nas zonas costeiras, e essa estratégia tem a ver com questões de segurança, pois temiam que houvesse ataques ou invasões dos povos nativos. Mas, apesar disso, não se descarta a possibilidades de invasões, ou seja, os colonizadores sofriam também de ataques dos povos autóctones.

A ocupação europeia na atual Guiné-Bissau foi sustentada, até um certo ponto, pelas próprias autoridades étnicas locais que haviam já criado uma certa organização social monárquica que permitisse o estabelecimento de relações com os portugueses e o consequente estabelecimento da hegemonia político militar destes últimos sobre todo o território (CÁ, 2000). Como também apontado por Santos (2015), essas autoridades étnicas, neste caso, os chefes tribais ou reis, entre outros motivos, como os de ganhar algo em troca de produtos, eles temiam que perdessem as suas autoridades ou poder que exerciam nos seus territórios. Portanto, como demonstrado acima, colaboravam realmente com as autoridades portuguesas. Como intermediários, havia os lançados que tinham também a mesma função com os grumetes.

A coroa portuguesa fortificou a sua dominação com a construção de Capitania-Geral da Guiné Portuguesa, o que aconteceu no ano de 1630, tornando-se administrador dessa região com a nomeação do primeiro administrador de Cachéu, já em 1641, sendo a cidade de Bissau fundada em 1697, servindo-se como a fortaleza militar e interposto para o comércio de pessoas escravizadas, portanto, viria a se tornar em capital no ano de 1766. Em todo esse período, as regiões ocupadas pelos portugueses, ou seja, toda a costa da Guiné estava sob a administração Cabo-verdiana. No entanto, a independência ou autonomia dessa referida região só aconteceu em 1897, mas, antes disso, já se havia feita a separação administrativa no ano de 1879, (SANTOS, 2015, p. 7).

Após todos esses eventos, contando com a passada conferência de Berlim, na Alemanha, no ano de 1884/85, o rumo da história da Guiné-Bissau mudou com a decisão

tomada nessa magna reunião. Passado a apropriar-se por direitos, segundo as decisões tomadas pelos líderes europeus, Portugal intensificou ainda mais a sua dominação na região, como consequência disso, havia campanhas militares contra as aldeias, o que resultou em conflitos duradouros entre eles e os povos locais. Nas palavras de Santos (2015), nas batalhas, os portugueses saíam vitoriosos, isso deve-se mais para questões da disposição de mais armamentos, ou seja, tinham mais posse de armas de fogo. Porém, essa situação começaria a se mudar devido ao surgimento de frentes liderados por guineenses mais “instruídos”, ou seja, os intelectuais na altura.

Segundo Costa (2014), as atitudes do governo português na então Guiné Portuguesa iam em desconformidade com os posicionamentos dos guineenses mais influentes, para isso, entre essas personalidades, se destaca Amílcar Cabras que no ano de 1956 juntou se os outros intelectuais, entre eles, guineenses e cabo-verdianos: Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpin e fundaram o PAI, que significa Partido Africano para Independência, que mais tarde viria a ser denominado de PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde).

Com a criação do PAIGC, deu-se um passo muito progressivo no que tem a ver com a conscientização das populações e a sua consequente emancipação para defender a soberania do povo e lutar contra a opressão colonial. Mas, vale considerar que as movimentações que se faziam tinham objetivo de criar uma oposição pacífica contra o Estado colonial. Sem surtir efeitos positivos, o PAIGC começou a organizar e a participar nas guerrilhas contra o jugo colonial, porém, ainda, segundo Costa (2014), esse partido precisava superar certos obstáculos, como tentar organizar os diferentes grupos étnico sociais, sendo cada um com a sua própria cultura e língua, para um interesse comum e estabelecer também relações políticas internacionais.

É bom salientar que depois da fortificação do partido, ou seja, depois que o PAIGC consolidou as suas forças militares, foi possível controlar 60% do território, isso já em 1966, ou seja, a luta militar para a independência já havia começado, depois de várias tentativas de negociação falhadas entre o líder do partido, o Amílcar Cabral, com o governo português. O PAIGC dividiu-se em três frentes, neste caso, Norte, Sul e Leste, possuindo, portanto, cerca de metade da população. Antes, é bom considerar que a luta armada para a independência começou em 1962, segundo Couto e Embaló (2010), sendo que um dos maiores acontecimentos que motivaram o início da luta é a massacre do Pindjiguiti, que aconteceu em 1959, sendo 50 estivadores desarmados massacrados no porto de Bissau por reivindicar os melhores salários e melhores condições de trabalho.

Em 20 de janeiro de 1973, o líder do partido e pai da nação guineense e cabo-verdiano, como é chamado, foi assassinado em Conakry por razões que até nos dias atuais não foram esclarecidas pelas autoridades da Guiné-Bissau. Em 24 de setembro do mesmo ano foi proclamada unilateralmente a independência da Guiné-Bissau pela ANP, a Assembleia Nacional Popular, que reunia também naquele dia pela sua primeira vez depois da criação, numa das zonas libertadas, ou seja, em Madina de Boé, na voz do então presidente da assembleia João Bernardo Vieira. No entanto, considera-se que o Portugal só viria a reconhecer a sua independência um ano depois, em 10 de setembro de 1974. Então, Guiné-Bissau conheceu o seu primeiro presidente, na pessoa de Luís Cabral⁹, que viria a ser deposto do seu cargo por meio de um golpe militar intitulado de “Movimento Reajustador”, liderado pelo comandante João Bernardo Vieira, em 1980.

Na Guiné-Bissau, começou-se em 1991 a considerar e a promover o sistema democrático, ou seja, instituiu-se o sistema de multipartidarismo. Este culminou com o reconhecimento e reconsideração dos sistemas tradicionais, nomeadamente os regulados revalorizando, reconhecendo, neste caso, o poder e as autoridades tradicionais. Nos anos seguintes, o campo político estava levantando interesses, a razão disso é a realização das primeiras eleições multipartidária, já no ano de 1994, em que João Bernardo Vieira é oficialmente reeleito para o cargo do presidente da república.

Por uma razão ou por outra, o regime do então presidente não ia de acordo com a maioria dos militares de todo o território nacional. Este fato resultou num levantamento militar em 7 de junho de 1998 contra o presidente Vieira Este, liderado por Ansumane Mané. Sem mais o controle de maioria das tropas, o então presidente recorreu a ajuda militar estrangeira, pedindo apoio do Senegal e da Guiné-Conakry. A guerra durou, portanto, 11 meses.

Com esse levantamento militar, João Bernardo Vieira¹⁰ é retirado do cargo do presidente da república e o país organizou eleições gerais de 1999 a 2000, sendo o PRS, o Partido da Renovação Social, saído como o vencedor, com o seu líder Kumba Yalá, (COUTO E EMBALÓ, 2010, p. 25).

O país seguiu e segue os rumos democráticos, por assim dizer, porém, os problemas políticos são, assim como sempre foram, os principais até nos dias atuais, com golpes

⁹ Luís Cabral, o irmão de Amílcar Cabral, foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau, exerceu essa função desde o ano de 1973, abandonando o poder quando foi deposto por um golpe militar denominada de Movimento Reajustador, meses após o assassinato do seu irmão em Guiné-Conakry.

¹⁰ João Bernardo Vieira foi o primeiro presidente da Assembleia Nacional Popular, mereceu a honra de proclamar a independência da Guiné-Bissau, nas matas de Madina de Boé.

militares ou tentativas de golpe. A democracia que outrora foi almejada ainda está um pouco longe de ser concretizada, o que motiva uma situação de multipartidarismo extremo com sentido de encontrar a melhor solução para os guineenses.

Portanto, a historiografia da Guiné, em uma visão mais ampla, pode ser marcada sobretudo por três momentos: o momento pré-colonial, antes da existência da civilização europeia no território, momento colonial, referindo-se à colonização portuguesa, e o pós-colonial, ou seja, após a tomada da independência, sendo já também o país um Estado democrático e independente. Ainda nisto, vale levar em consideração que para todo esse processo de emancipação de povo guineense numa conjuntura nacionalista, a questão linguística sempre se faz presente e representa um papel importante para a conquista da independência da Guiné-Bissau. Portanto, frente a uma sociedade multilíngue e heterogeneamente cultural, a língua crioula desempenhou um papel muito crucial, visto que serviu de ponte de ligação que ajudou na uniformização linguística que veio a facilitar todo o processo da luta pela independência do país.

3 CONTATOS LINGUÍSTICOS NA GUINÉ-BISSAU

Falando em contatos linguísticos presentes no país, não se pode pôr de lado as pessoas responsáveis por tais contatos, neste caso os guineenses e também os estrangeiros que se encontram no território, levando em consideração que estes, de uma certa maneira, interagem todos os dias com a população autóctone, falantes nativos ou não de crioulo, influenciando estes linguisticamente.

Esse processo de contatos linguísticos no território acontece principalmente nas zonas de grandes concentrações da população, ou seja, nas feiras, mercados que albergam um número significativo de pessoas, e também outra fonte com grande potencialidade de contato tem a ver com os centros de ensino de línguas estrangeiras que normalmente se encontram instalados nos centros da capital Bissau. É necessário saber que a principal língua que vai ser utilizada no dia a dia da população, nomeadamente a camada juvenil, é o crioulo, portanto, considera-se que é essa língua nacional que vai ser o principal alvo para manter esse tal processo de contato.

Sendo composta por um povo com diferentes grupos étnicos, a Guiné-Bissau possui uma grande variedade de pessoas falantes de diferentes línguas. Conforme a distribuição étnica do país, cada etnia possui naturalmente a sua própria língua, sendo esta a língua nativa e, muitas das vezes, a língua primeira da boa parte da população nacional. Antes da chegada dos colonizadores portugueses na costa da Guiné, era somente através dessas línguas primeiras, ou seja, línguas nativas que toda a população se comunicava e vivia numa determinada harmonia. Mas, durante o período do processo colonial, que teve início no século XV e que durou mais de 500 anos no território que hoje é a república da Guiné-Bissau, foi possível o contato entre duas culturas bastante diferentes. Nesta visão colonial, aconteceu a subordinação política de um povo sobre o outro, neste caso, os colonizadores impunham a sua hegemonia político militar e a sua cultura sobre a cultura dos povos autóctones.

Num processo de contatos entre povos, naturalmente pode acontecer vários fenômenos inclusive o surgimento de novas línguas e diferentes maneiras de assimilação entre as pessoas. Como afirma Lucchesi (2012, p. 53), “nessa situação, a língua do grupo dominante é imposta aos grupos dominados, mas sua aquisição é defectiva, pois ocorre em condições adversas, por indivíduos em sua maioria já adultos.”

Com esta afirmação, pode-se perceber que na tentativa do domínio total ou parcial de um povo sobre o outro, tal processo linguístico sempre pode acontecer. Nas palavras de Couto (2017), pode-se acompanhar a seguinte observação:

[...] Entre os mais importantes, temos a intensidade, a duração e o lugar do contato. Por intensidade do contato, deve-se entender tanto a pressão (política, militar e cultural) que o povo dominante exerce sobre os povos dominados quanto a quantidade de interação entre membros de ambas partes. Daí decorre o poder e o prestígio desse povo sobre o outro. Nessas circunstâncias, em geral são os povos dominados e/ou inferiorizados, ou de menor prestígio, que tentam aprender a língua do povo presumivelmente superior. (COUTO, 2017, p. 33).

No caso dos colonizadores portugueses na África e, em especial, no território que hoje é a Estado da Guiné-Bissau, estes procederam de modo que prevalecesse não apenas a sua cultura, mas também a sua língua no território. Relativamente aos pontos mencionados acima pelo autor, como a pressão política, militar e cultural, estes deixaram uma marca indelével na história da população guineense a partir da época da colonização.

A política era totalmente sustentada pela coroa portuguesa e, nessa ocasião, foi possível controlar todas as outras áreas como, militar e cultural ou social. Além desse fato, pode-se também considerar o tempo que o crioulo guineense durou para se consolidar. Seu tempo de formação é, até um certo modo, relativamente enorme, fato que permite que ela desenvolvesse características próprias como qualquer outra língua natural de uso humano. É de salientar também que na formação da língua crioula guineense, sendo uma língua que nasceu do contato das línguas diferentes, a língua base que mais contribui na formação do seu léxico, neste caso o português, sofre de algumas alterações, ou seja, por ser imposta aos povos dominados, estes não preocupariam tanto em expressar de forma mais correta ou precisa o português, pois a coisa mais necessária na altura em que a língua nova começou a surgir, era fazer passar a mensagem, caso contrário, a tentativa de uso da língua estrangeira não seria tão necessária quanto as línguas nativas.

A intensidade da imposição colonial pode ser vista em dois vertentes, a saber: a imposição militar e psicológica. No caso do primeiro, a militar, havia muita “vantagem” da parte dos colonizadores, pois estes possuíam, entre outros meios, armas de fogo, possibilitando dessa forma mais conquistas dos territórios alheios. Eles conseguiram dominar principalmente as zonas costeiras, isso porque essas terras situadas mais próximos do mar ou rios permitiam que houvesse facilidade nas embarcações dos seus produtos e bens. E, da imposição psicológica, esta aconteceu primeiramente na ideologia de prestigiar mais uma cultura e uma língua em detrimento da outra ou das outras. Os portugueses priorizaram mais a sua língua e cultura trazidas por eles, enquanto davam menos valor a quase tudo que pertencia aos povos autóctones. Esta ideologia de valorização de tudo que é do colonizador prevaleceu antes e até depois da colonização, ou seja, essas marcas prevalecem até nos dias atuais. Embora existam personalidades que tentam demonstrar o outro lado da moeda,

desconstruindo, portanto, a mentalidade colonial. Falando nas pessoas que promovem o nacionalismo, as culturas e línguas próprias da Guiné-Bissau, faz-se necessário trazer palavras de Namone (2017), afirmando o seguinte:

Pretende-se, com isso, afirmar que o crioulo falado na Guiné-Bissau é língua como qualquer outra e, portanto, deve, e com urgência, merecer atenção dos governantes daquele país, no sentido de investir na sua codificação e na sua normatização gráfica para que ela possa servir como a língua de ensino. (NAMONE, 2017, p. 55).

Para que houvesse a melhor comunicação entre os colonizadores portugueses e povos locais, estes últimos foram de alguma maneira obrigados a aceitar a aquisição da língua estrangeira, neste caso, o português, fato que aconteceu com o processo de assimilação. E, nessa tentativa de aquisição da língua portuguesa, foi possível o surgimento de uma nova língua, o crioulo guineense. Como se pode entender, na Guiné-Bissau não existe apenas um grupo étnico, portanto, para a formação da língua crioula nesse país, foi necessário a contribuição da língua portuguesa e línguas autóctones africanas, neste caso, as línguas tribais de diferentes povos. Em consequência de todos esses contatos e interações linguísticas ao longo do tempo, deu-se origem a uma comunidade de fala que, por sua vez, fica modificando de forma gradual e ininterrupta.

Numa sociedade muito heterogênea, a população guineense apresenta características muito variadas, sustentadas por diferentes usos e costumes de cada grupo étnico. As variadas culturas e origens dos povos que convivem num só território permitem que exista realmente no país uma diversidade linguística bastante enorme. Entre todas as línguas presentes no país, existem as que são mais faladas e estas, portanto, são as pertencentes aos grupos étnicos maiores em termos de número de pessoas. E existem as que são menos faladas, portanto, pertencendo aos grupos minoritários. Referindo-se às línguas mais faladas, vários dados de pesquisa apresentam resultados um pouco diferentes, o que não permite efetivamente a facilidade na aquisição dos dados ou número com maior precisão. Ainda, é importante levar em conta que existem etnias que se assemelham umas com as outras em termos linguísticos, como no caso de Manjaco, Papel e Mancanha, (SILVA e SAMPA, 2017). As outras etnias apresentam muitas diferenças linguísticas de modo que isso permite uma heterogeneidade ainda maior.

No pequeno território da atual Guiné-Bissau, são faladas cerca de 20 línguas, muitas delas pertencentes a famílias diferentes, outras tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma mesma língua, como veremos logo abaixo. Estas línguas coabitam com o crioulo, língua veicular e de unidade nacional, e com o

português, língua oficial, ambas resultantes da colonização portuguesa. (Couto e Embaló, 2010, p. 28).

As línguas nativas presentes no território da Guiné-Bissau, não servindo apenas para estabelecer a comunicação, são um dos meios mais viáveis para a identificação dos diferentes grupos étnicos. Essas línguas representam as diferenças entre os povos, em outras palavras, as tradições e a vivência de cada etnia são sustentadas por suas próprias línguas, preservando, portanto a sua peculiaridade. No país, dá para perceber os contatos linguísticos através das realizações de eventos culturais de diferentes etnias presentes. Entre vários outros grupos étnicos, pode se destacar como exemplo a etnia Balanta. Dentre outros eventos tradicionais, na realização de Kussundé¹¹, uma tradição baseada em festividades e danças tribais, costuma-se encontrar várias pessoas vindas de diferentes localidades para participar do evento e de encontros familiares. Nas ocasiões deste tipo, em torno da cultura e língua do povo local, pode-se perceber a prática de línguas diferentes, pertencentes às pessoas diferentes participando dos eventos. Portanto, a cultura, como se conhece na Guiné-Bissau, desempenha um papel muito importante no processo de contatos linguísticos. No caso da língua crioula guineense, o fato é que esta língua veicular serve como o centro de contato entre pessoas portadoras de diferentes outras línguas.

Diferente daquilo que acontece em vários países do continente africano, onde existem várias línguas étnicas, mas a língua do dia a dia é a do colonizador, na Guiné-Bissau a língua do dia a dia é a língua crioula. [...]. Ainda sobre o crioulo, é preciso salientar que são pouquíssimos os países com essa característica, ou seja, o povo guineense possui uma língua que não é étnica, mas que é falada e compreendida por quase toda a população e, que não é também a língua do colonizador. (SILVA e SAMPA, 2017, p. 07).

Os contatos mantidos pelos diferentes grupos étnicos através do crioulo guineense fazem com que esta língua seja o fator da unidade nacional.

¹¹ Kussundé é o nome dado a um festival tradicional pertencente a etnia Balanta. Esse evento se realiza em uma larga escala, ou seja, dura dias e agrega milhares de pessoas, tanto locais, quanto provenientes das outras partes do território nacional. O festival consiste na representação de danças de diferentes grupos de faixas etárias, desde as crianças (compreendendo idades entre sete a oito anos) até mais adultos.

4 AS LÍNGUAS ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU

Segundo Couto e Embaló (2010, p. 28), o país alberga mais de 20 línguas étnicas, mas, vale muito ter em conta que não é muito fácil achar com precisão um número exato das línguas étnicas presentes no país, a variar de dados para dados. Isso, sem contar com o crioulo guineense, o português e as duas principais línguas estrangeiras que também estão presentes no território, falando precisamente no caso do Francês e do Inglês, respectivamente. Este capítulo destina-se a tratar da questão das línguas étnicas presentes a Guiné-Bissau, tendo em conta as suas classificações e seus lugares de fala na sociedade guineense, assim como as suas relações com as culturas locais de atribuição de nomes tradicionais.

Essas línguas pertencem aos diferentes grupos étnicos, ou seja, para estes autores, cada grupo étnico ou tribo possuiria uma língua, mas, apesar dessa realidade, muitos dos grupos étnicos apresentam certas semelhanças linguísticas, podendo ser consideradas de uma mesma família linguística, e também outras de famílias diferentes, apresentando marcas bastante distintas umas das outras. De todas as línguas presentes no país, existem as com número muito significativo de falantes, ou seja, existem as principais delas, para isso, podem ser considerados os seguintes dados retirados de Couto e Embaló, (2010, p. 28): Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel, Felupe, Beafada, Bijagó, Mancanha, Nalú.

Como afirmado abocado, estas línguas não são as únicas existentes no território guineense. Mas, apesar de considerado um número relativamente menor de falantes, pode-se considerar a existência de línguas como: “o *bayote*, o *banhum*, o *badyara (pajadinca)*, o *cobiana*, o *nalu*, o *cunante* (sem porcentagem de falantes), o *cassanga* (já praticamente desaparecido), o *wolof*, o *francês*, o *inglês* etc.” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 30).

Estas línguas mencionadas (com a exceção de inglês, francês e o Wolof) representam cada grupo étnico diferente, mas, apesar desse fato, três delas, neste caso mancanha, manjaca e papel, possuem algumas semelhanças até no ponto de criar uma certa uniformidade fonológica, (MANE, 2001 *apud* Couto e Embaló, 2010).

Vivendo numa comunidade relativamente pequena, as populações guineenses apresentam características culturais bastante próximas, ou seja, existe muita uniformidade entre os diferentes grupos étnicos no país. Esse fato se verifica em vários contextos, como nas cerimônias tradicionais, mas, sobretudo, no contexto linguístico. E, ainda, é de salientar que as etnias que mais pertencem à religião muçulmana, sobretudo falando no caso de Mandingas e Fulas, têm menos semelhanças tanto em termos linguísticos, quanto em usos e costumes,

com o resto das outras etnias do país, que não sejam de outras religiões, e os muçulmanos e fulas mais se semelhanças entre eles e com outras que também praticam o islamismo no país.

Na comunidade guineense é muito comum as pessoas se identificarem através das línguas que falam, sendo mais específico, quando uma pessoa falante de uma determinada língua étnica como a sua primeira língua e expressa nessa língua, essa pessoa pode ser identificada etnicamente por outra pertencente a uma outra etnia. E não só, pode-se, até uma certa forma, criar um elo de ligação familiar entre falantes de diferentes línguas.

Esta integridade e sentimento de nacionalidade são mediados pela língua, no caso, o crioulo guineense. Importante ressaltar que a comunicação verbal é sempre bem-sucedida na Guiné. Não obstante a situação multiétnica e multilíngue, um guineense não encontra dificuldades em se comunicar com outro guineense. Portanto, não é uma barreira à função comunicativa o fato de serem os falantes oriundos de etnias diferentes e mesmo línguas diferentes (MELLO, 2007).

É muito importante aqui salientar que até então, torna-se difícil encontrar com precisão o número exato das línguas étnicas existentes na Guiné-Bissau, como demonstrado anteriormente, visto que, em maioria das vezes, os autores citam dados completamente diferentes, mas, às vezes os dados também convergem. De igual modo, os dados precisos para o número exato de falantes de uma língua também em maioria das circunstâncias são divergentes. Nas demonstrações de Mané (2018), que menciona os dados do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2009), podemos encontrar a seguinte classificação em termos dos números de falantes das principais línguas étnicas do país:

Tabela 2 - Dados do 3º RGPH, 2009

Línguas	%
Fula	28,5%
Balanta	22,5%
Mandinga	14,7%
Papel	9,1%
Manjaco	8,3%
Nalu, Saraculé e Sosso	1%

Fonte: Mané (2018).

O autor ainda considerou uma outra parcela dos cidadãos que se consideram de não fazer parte de nenhum grupo étnico, eles corresponderiam em (2,2%), respetivamente.

4.1 AS LÍNGUAS E SUAS CLASSIFICAÇÕES

As línguas pertencentes aos diferentes grupos étnicos, como apresentado acima, têm uma norma que as classifica sob ponto de vista social e histórico. Scantamburlo (2013) é um dos que se dedicaram na explicação desse fato. Em sua tese de doutoramento em Linguística, ele faz uma demonstração da classificação dos grupos linguísticos existentes no país e as suas zonas de dominação. Nisso, é preciso ter em conta primeiramente que, para ele, existem 25 línguas étnicas nesse território, divididas em duas subfamílias, como se pode observar a seguir:

- Oeste-Atlântico e
- Mande.

As línguas pertencentes a subfamília Oeste-atlântico estão distribuídas em três grupos, que são: Norte, Bijagó e Sul. O quadro que se segue apresenta uma distribuição das subfamílias de línguas da Guiné-Bissau e os seus respetivos grupos e subgrupos:

Quadro 1 - Línguas da subfamília Oeste-atlântico

GRUPO NORTE	A LÍNGUA FALADA
DO SENEGAL	Fula, Jalofo (Wolof), Serere (Nhominca).
BAK	Balanta (de Nhacra, de Fora, Bravos, Naga, Mané); Djola-Felupe, Djola-Baiote; Manjaco – Mancanha – Pepel ¹² .
TANDA-JAAD-NUN	Tanda, Canhagui; Beafada, Padjadinca (Badjaranca); Banhun, Cobiana (caboiana), Cassanga.
NALÚ	Nalú
GRUPO BIJAGÓ	Bijagó (Língua falada no Arquipélago homónimo, com diferenças dialectais marcadas, conforme cinco grupos de ilhas: Canhabaque Bubaque, Orango-Uno, Formosa, Caravela-Caraxe, Soga-Ilha das Galinhas)
GRUPO SUL	Baga, Landumã, Timenés (ou línguas “Mel”, uma raiz comum que significa “língua”); Mansoanca (ou Mansonca ou Sua), grandes e pequenos: vivem perto de Mansoa e no tempo colonial eram erroneamente denominados também “Cunantes”.

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 23).

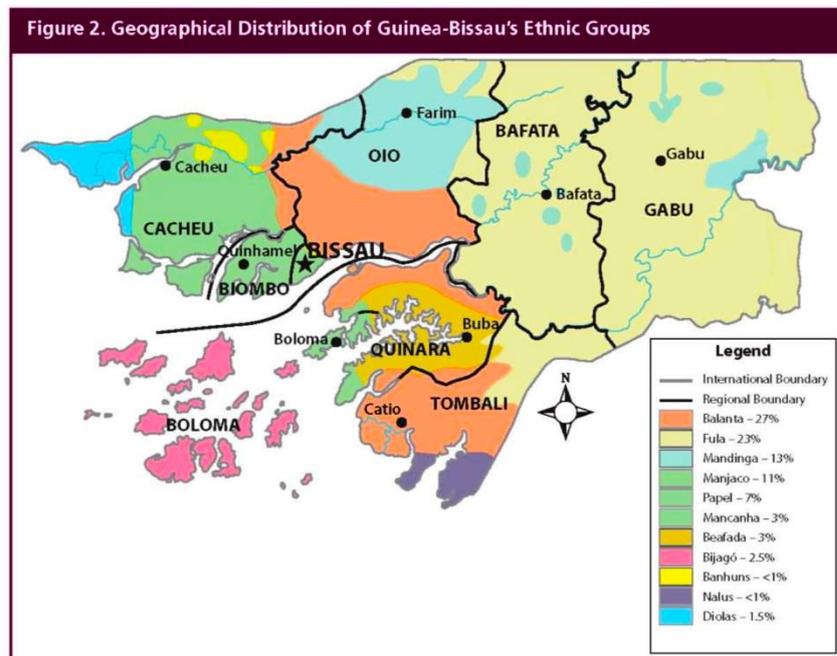
¹² As línguas, Manjaco, Mancanha e Papel apresentam bastantes semelhanças em termos fonológicos.

Quadro 2 - Línguas da subfamília mande

GRUPO	A LÍNGUA FALADA
MANDE TAN (NORTE)	Bambarãs, Mandinga, Saracolés, Jacancas.
MANDE FU (SUL)	Sosso (Jaloncas)

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 23).

Algumas dessas línguas se assemelham bastante sobretudo nos aspetos fonológicos, podendo, portanto, ser consideradas de idiomas de uma mesma família, porém, outras simplesmente apresentam grandes diferenças (COUTO E EMBALÓ, 2010, p. 28).

Figura 4 - Mapa etnográfico da Guiné-Bissau

Fonte: Scantamburlo (2013).

Para se ter uma noção da distribuição étnico-linguístico existente na Guiné-Bissau, ou seja, entender da situação de grupos linguístico-sociais presentes e suas ramificações, o trabalho de Scantamburlo (2013) responde a esta questão. Nele, pode-se perceber o processo de classificação dessas línguas distribuída por seus grupos de falantes. O autor fez uma comparação de dados do censo de números dos falantes de 1979 (*real*) com os dados de 2009 (*estimativa*). Como si pode observar na tabela que se segue:

Tabela 3 - Dados do recenseamento de falantes em 1979 e 2009

Língua	%	Número de falantes	
		1979	2009
Crioulo guineense	(44,31%)	349.638	673.880
Balanta	(24,54%)	193.722	373.212
Fula	(20,33%)	160.499	231.774
Português	(11,08%)	87.464	168.508
Mandinga	(10,11%)	79.790	153.756
Manjaco	(8,13%)	64.194	123.643
Papel	(7,24%)	57.202	110.108
Biafada	(1,97%)	15.551	29.960
Bijagó	(1,97%)	15.546	29.960
Mancanha	(1,86%)	14.682	28.287
Felupe	(1,48%)	11.701	22.508
Nalu	(0,31%)	2.491	4.715
Inválidos	(0,05%)	381	760
Total	(133,38%)	1.052.861	1.951.071

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 28).

Na tabela apresentada por ele, afirma estar consideradas o número de falantes de doze línguas principais do país. Além disso, foram acrescentadas as consideradas de minoritárias em número de locutores, estas sendo apenas 17. Nestas 16, a língua Mansoanca não foi considerada, tendo, portanto, sido incluída na língua Balanta que por sua vez se enquadra nas principais línguas do país

A estimativa calculada correspondente ao ano de 2009, das 12 primeiras línguas, são baseadas no primeiro censo, neste caso, de 1979, porém, o autor salienta que possa existir imprecisão nos dados deste último censo.

É de salientar que o cálculo do número de falantes das primeiras 12 línguas da Guiné-Bissau em 2009, baseado na percentagem do Recenseamento de 1979, é um cálculo estimativo e deve ser considerado inferior à realidade no que diz respeito aos falantes do Crioulo Guineense, porque, nos últimos trinta anos, o aumento tem sido bastante elevado. Por isso o valor da percentagem do Recenseamento de 1979 (44,31%) em 2009 tem um valor superior, pelo simples facto de que o número de

alunos das 1^a à 11^a classe tem vindo a aumentar constantemente [...] (SCANTAMBURLO, 2013, p. 29).

4.2 QUAL É O LUGAR DAS LÍNGUAS ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU?

As línguas têm o poder de manter uma ligação intrínseca entre as pessoas, esse é um papel muito importante que possuem, pois estabelecem e estabilizam relações entre elas. Esta seção traz uma explicação relativamente ao lugar que as línguas dos grupos étnicos ocupam na sociedade guineense, onde têm mais número de usuários, sua relação com as demais línguas do país e com a escrita.

Foi abordado em alguns parágrafos deste trabalho os números de falantes das diferentes línguas étnicas no país, porém, como apontado, é de salientar que os dados que são apresentados relativamente aos números e percentagens desses falantes nem sempre são precisos. Os autores trazidos nestes trabalhos em maioria dos momentos apresentam dados diferentes, mas que referem a mesma informação, isto é, o mesmo caso. Porém, com os dados que se tem, permite até um certo modo ter a noção mais ou menos da situação dessas línguas étnicas referidas. Existe realmente muito pouco os estudos levados a cabo sobre a situação desses idiomas, o que torna um pouco difícil precisar as informações relativas ao número dos usuários.

O território guineense é um espaço relativamente pequeno, que está repleto de grupos étnicos tribais e conseqüentemente cada grupo ou tribo com a sua própria línguas, porém, o crioulo guineense e o português aparecem como os idiomas que todos os grupos possuem em comum. Em muitas das ocasiões, alguns autores, como no caso de Rubio e Cá (2019), demonstram a seguinte posição linguística na sociedade guineense, neste caso, a língua portuguesa é posta em primeiro lugar, em termos de prestígio que possui. Apesar de ter um número relativamente menor de seus usuários que a possuem como a primeira língua, ou seja, a língua materna, essa língua se mantém como a mais importante sendo utilizada em termos oficiais para a comunicação do país com o exterior; na segunda posição, aparece o crioulo guineense, o idioma veicular do país, com maior número de usuários; na última posição, são trazidas as línguas étnicas, consideradas, portanto, como menos necessárias nos lugares ocupados por essas duas supramencionadas¹³.

¹³ Rubio e Cá (2019) apresentam a afirmação que explica a posição social das línguas na Guiné-Bissau, em termos de prestígio, o que significa que ainda assim, as línguas étnicas estão espalhadas em toda parte do território guineense, só que existe restrições voluntárias das pessoas em expressarem nessas línguas nos lugares públicos, sobretudo nas instituições do Estado.

Como apontado na introdução desta seção, é necessário conhecer o lugar de ocupação das línguas étnicas na sociedade guineense, para isso, Mané (2018) considera como principal espaço de uso desses idiomas o interior do país, ou seja, para se constatar um efetivo uso dessas línguas na sociedade guineense, precisa-se considerar os lugares como as aldeias, tabancas ou vilas que estão mais distantes da capital Bissau. Como se pode entender, não obstante o uso dessas línguas apenas nessas regiões, nas cidades principais das diferentes regiões também existe usos significativos delas, até mesmo na capital Bissau. Na cidade de Bissau raramente se encontra pessoas usando essas línguas para a comunicação diariamente, porém, existe de fato comunicação a partir delas. Essa prática de línguas africanas étnicas consiste em interação entre pessoas próximas, sobretudo, famílias que se encontram ocasionalmente. Portanto, esse processo de comunicação em língua étnica acontece mais em casa, através de momentos como reuniões familiares, acontecimentos como cerimônias tradicionais e outros eventos interessantes que agregam um número significativo de pessoas. Como se pode perceber, nestas ocasiões as pessoas aproveitam para se interagirem uma com a outra, principalmente matar saudades, a língua pertencente a essa família assume, portanto, o lugar de fala, mas sempre ao lado do crioulo guineense.

Por outro lado, é necessário ter em conta que a escola aparece no cenário social como um dos fatores ou mecanismos muito fundamentais para a expansão do uso do crioulo guineense. O que se pretende demonstrar com isto é o seguinte, não é que a escola na Guiné-Bissau é o lugar de expansão e de aprendizagem da língua crioula tendo em vista ao seu ensino e aprendizado, mas sim, devido ao processo da interação linguística, ou seja, a necessidade linguística que se vê nas escolas entre as pessoas faz com que este meio possua status de um dos meios mais importantes para a difusão do crioulo guineense. Ainda, como se poderá observar nas afirmações de Mané (2018), no parágrafo adiante, apesar de não ser a língua a partir da qual se ensina, o crioulo, ainda assim, acentua acima de todas as línguas étnicas. Este caso se observa devido ao fato de que tanto os alunos, quanto os professores, ambos pertencem as suas etnias, possuindo, portanto, as suas línguas étnicas, visto isto, a única língua que mantem um vínculo sólido entre ambas as partes é o crioulo guineense, sendo o português a língua oficial e de ensino no país, com o uso restrito no que se refere as interações principalmente entre os alunos fora das salas de aulas. Neste mesmo ponto de ideia, as línguas étnicas, sobretudo nos centros escolares em Bissau, não conseguem sobressair ao ponto de resolver as necessidades comunicativas cotidianas tanto dos professores, assim como dos alunos.

Grosso modo, vale enfatizar ainda que, apesar da escola ser uma das localidades para a expansão do uso do crioulo guineense na Guiné-Bissau, isso não quer dizer que é o único lugar em que se usa mais esta língua, e muito menos significa que o crioulo que se aprende ou que se fala nesse lugar é com base nos seus estudos ou no seu ensino.

Na Guiné-Bissau, a questão linguística ainda aparece séria quando se vincula ela com o setor da educação. Apesar de considerar necessário a implementação de uma política linguística “sólida”, que valorize as línguas africanas étnicas e autóctones, Mané (2018) admite a existência de dificuldades para o ensino quando se usa as línguas étnicas. O que se pretende propor com isso é que, como considera o referido autor, no país há realmente uma heterogeneidade linguística¹⁴, em outras palavras, não existe necessariamente uma comunidade em que é apenas falada uma única língua étnica, sendo, portanto, uma comunidade homogeneamente linguística. No caso como este, vale considerar de fato a existência de dificuldades em proceder com a ideia de ensinar a partir das línguas étnicas. Esta pode ser apenas uma das séries de dificuldades que estariam impossibilitando o ensino, como no caso de adaptação das línguas em contextos tecnológicos/científicos.

Ainda, essa questão pode suscitar uma interrogação: em qual das línguas étnicas ensinar? Como demonstrado anteriormente, há realmente na Guiné-Bissau um mosaico linguístico muito enorme entre as línguas nacionais. Sem considerar o crioulo guineense e a língua portuguesa, as étnicas estão presentes em toda parte do território. Numa dada comunidade, pode até existir uma língua predominante em detrimento das outras, no entanto, a comunidade de fala sempre vai ser variada ou misturada. Ou seja, quando um território é ocupado maioritariamente por um grupo étnico, isso significa que a sua língua terá mais vantagem em relação às outras (IÉ, 2022). Relativamente a questão acima, não seria viável a introdução de uma língua étnica no sistema de ensino, pois, além de trabalho que isso daria, seria difícil escolher uma delas, visto que nas salas de aulas existem alunos pertencentes aos diferentes grupos étnicos, cada um falante, portanto, da sua língua ou pertencendo a um grupo étnico. Como apontado por Mané (2018), as línguas étnicas praticamente têm mais número de usuários nas zonas do interior do país, sobretudo no seio de pessoas adultas e mais velhas.

Foi levado a cabo uma pesquisa com o foco de entender um pouco sobre tais usos e conhecimento das referidas línguas étnicas da parte de alguns guineenses. A metodologia

¹⁴ Devido à grande variedade linguística que existe na Guiné-Bissau, em todas as comunidades existem quase a presença de todas as línguas étnicas, que estejam vivas. Mas, no entanto, pode haver a predominância de algumas línguas em relação às outras e isso deve-se ao fato de que a etnia pertencente a essa língua está em maior número em termos populacionais.

utilizada para o efeito foi a de preenchimento de questionários através da utilização da ferramenta de Google Formulários, ou seja, os participantes responderam mediante a perguntas que nos parágrafos que se seguem poderão ser observadas. Os questionários foram direcionados para os estudantes de nacionalidade guineense residentes na Bahia, com o objetivo de conhecer qual seria a relação dessas pessoas com as suas línguas étnicas e quais seriam os seus pontos de vista no que concerne aos estudos virados a tais línguas. As opiniões de muitos foram unânimes sobre a importância de promover investigações de modo a garantir a autonomia das línguas autóctones do país e possibilitar as pessoas a conhecerem não apenas as suas histórias, mas sim, ter acesso as suas escritas de uma maneira uniformizada. Foi aproveitada também a ocasião para ter a ideia sobre a necessidade ou não de estudo da língua crioula.

As questões colocadas foram as seguintes: *Você sabe falar a sua língua étnica? Se sim, em que lugar você fala essa língua e com quem, qual é a sua etnia? Existem textos escritos na sua língua étnica?*

Aluno 1, da etnia Manjaca: O primeiro informante afirma que sabe falar a sua língua étnica e, segundo ele, apenas fala essa língua em casa, sobretudo com os seus pais, avôs e irmão. Quanto a textos escritos na língua manjaca, o informante alega ter a oportunidade de ter em sua posse um livro de Novo Testamento, ou seja, esse livro foi traduzido do crioulo guineense para manjaca, o que demonstra que normalmente não se fala aqui de textos escritos originalmente a partir dessa língua;

Aluno 2, da etnia Balanta: De igual modo, o segundo afirma ter o conhecimento da sua língua étnica, informando também que só a fala em casa com os pais. Este afirma ter lido algumas vezes a Bíblia sagrada em sua língua étnica, livro, portanto, traduzido normalmente do crioulo para essa língua;

Aluno 3, da etnia Manjaca: No caso deste, alega não ter o conhecimento da sua língua étnica e que não tinha visto um texto escrito na sua língua;

Aluno 4, pertencente a etnia Balanta: Por fim, o último informante afirma saber falar a sua língua étnica, e pratica ela em casa, com seus familiares, também considera que existe textos na língua do seu grupo étnico, ou seja, traduções de textos.

Exceto um, todos os estudantes que participaram desse processo alegam ter o conhecimento das suas línguas étnicas, e quanta ao lugar de prática dessas línguas, eles se apresentam unanimidade nas suas afirmações, assim como no caso da escrita nas suas línguas que, como se pode notar, apesar desses livros aparecerem nas línguas acima referidas, as escritas são traduções, neste caso, do crioulo para essas línguas, assim como normalmente

acontece as traduções de muitos textos em português para o crioulo guineense, exceto em outras ocasiões em que os textos são escritos originalmente em crioulo, sobretudo no campo jornalísticos e literário.

Num dos parágrafos anteriores pode-se entender que, apesar de pertencerem a todos os espaços no território guineense, as línguas em questão possuem realmente lugares com maiores destaques de usuário. Além das tabancas (aldeias), em que não só são usadas pelos mais velhos, mas também pelas pessoas jovens, na cidade de Bissau o cenário parece ser um pouco diferente, o seu uso acontece mais no seio de pessoas com idade mais avançada ou nas ocasiões específicas. Como apontam os estudantes acima, contando com todo o período que moraram na cidade de Bissau com as suas famílias, concluiu-se que o único lugar de fala dessas línguas étnicas é em casa, e isso acontece, sobretudo, através da influência dos pais ou encarregados da família.

4.3 A LÍNGUA E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES TRADICIONAIS

Como poderá ser encontrado nos capítulos que se seguem, relativamente ao crioulo guineense e sua relação com a cultura, esta seção tem como foco apresentar questões linguísticas no que tem a ver com a cultura de atribuição dos nomes às pessoas, seguindo os usos e costumes de grupos étnicos no país, com base nas curtas explicações apresentadas por Semedo (2003).

A Guiné-Bissau, desde sempre foi um país repleto de cultura e modos de procedimento de todas as tribos presentes nesse território. A cultura dos referidos povos não se baseia apenas nas demonstrações como danças tradicionais, cerimônias de iniciação (como no caso do famoso fanado - cerimônias de circuncisão) ou outros eventos relacionados a festividades, mas também no contexto linguístico a cultura está e sempre esteve presente. Como adiantado acima, as atribuições dos nomes no contexto tradicional dos guineenses em maioria das vezes são associadas com uma questão de representatividade, em outras palavras, os nomes tradicionais postos às pessoas são carregados de um significado que representa uma situação importante que aconteceu um pouco antes do nascimento de alguém ou momentos logo após o nascimento.

Na sua explanação, a autora acima trouxe como exemplo alguns nomes tradicionais de diferentes etnias do país. Ela aponta para as possíveis razões de atribuição de nomes relativos aos seguintes casos: a questão de rivalidade entre os casais, ou seja, os pais da criança ou a relação dos pais com a comunidade, em suma, as realidades da comunidade ou

aldeia influenciam na atribuição do nome de um recém-nascido. Portanto, para ela, relativamente a etnia Mandinga, que geralmente vivem na zona Norte na Guiné-Bissau, representando os 14,7% da população, segundo os dados do censo de 2009, o nome “Meta” (pertencendo ambos os sexos) significa o que há um longo tempo é esperado, que se deseja muito e que finalmente acaba de chegar. Geralmente os pais da criança que acaba de nascer tentam dar uma explicação com atribuição desse nome a seu filho, explicação essa de contar à comunidade de que o filho recém-nascido é o fruto de uma longa esperança, que pode ser não só dos pais, mas sim de toda a comunidade em geral.

Por seu turno, ela explicou também a realidade da etnia Balanta, que sobretudo predominam as regiões Sul (Catió) e Norte (no Oio), representando os 22,5% da população, no mesmo censo. Aqui o cenário também é idêntico, o nome “Ntinhina” (N’tik a nhina, ou literalmente - ainda estou a ver) revela uma situação relacionada com a mãe da criança de sexo feminino. Este nome “Ntinhina”, significa que a mãe de criança teve uma gravidez complicada, ou seja, a criança nasceu depois da mãe ter sofrido muito e teve dúvidas da saúde do bebê, no entanto, a menina acaba de nascer saudável, nesse momento, a mãe estaria admirada com essa situação e ela ou a família resolve dar o nome de “Ntinhina” a recém-nascida, ou seja, “estou a ver, porém, não acredito”.

Ainda é necessário trazer o caso da etnia Mancanha, sendo 3,1%. Neste caso, a atribuição de nome pode ser, entre outros, para o fim de almejar uma esperança boa ou melhor da situação do que se vivem os pais ou a comunidade/aldeia em geral. O termo “Ulilé”, para a autora, significa nessa língua o bem que há de vir, ou simplesmente, a situação há de ser melhor. E, para quem compreende essa língua ou que pertence a essa etnia, o nome do recém-nascido, que pode ser uma menina ou um menino, transmite a mensagem informando que, tanto na vida dos pais, quanto na aldeia em geral, haverá momentos bons.

A língua, regra geral, está muito intrínseca à cultura do povo que a carrega. Não se limitando apenas nas línguas das etnias acima mencionadas, todos os grupos étnicos na Guiné-Bissau possuem essa característica, representam, através da língua, as suas identidades e os seus modos de ser.

A utilizar essa estratégia de atribuição de nomes tradicionais às crianças, os guineenses conseguem se comunicar, sendo mais específico, os nomes trazem e fazem passar as mensagens, revelam as realidades ou diferentes situações em que a pessoa nasceu, que podem abranger questões de saúde, religião, ou eventos culturais ou políticos do país em geral

ou das aldeias (tabancas). Portanto, o nome, até um certo ponto, tem o poder de identificar a pessoa etnicamente na sociedade guineense¹⁵.

¹⁵ Os nomes tradicionais, como apontado nesta seção, possuem significados nas suas línguas correspondentes. Além disso, na sociedade guineense, em maioria das vezes, é comum identificar a etnia da pessoa só pelo seu nome, conhecendo, portanto, um pouco a língua referente a tal nome.

5 O CRIOULO COMO A LÍNGUA PRÓPRIA

É de grande importância divulgar ideias que ajudem a melhorar formas de ver o status das línguas crioulas. Portanto, não existe língua mais importante ou superior que a outra, mas sim, todas as línguas são importantes e necessárias nos territórios em que possuem usuários. Visto que, como acontece no contexto guineense, também as línguas crioulas possuem um papel muito pertinente nas questões de representatividade nos povos falantes. Ela representa não só a sociedade e a cultura presente, mas também é voltada para questões histórica, ou seja, representa a história do povo guineense através da sua existência como língua franca e de unidade nacional.

Para o autor Intipe (2021), as línguas crioulas nasceram como resultados de contatos entre povos europeus e africanos, isso significa que, no caso guineense, nasceu do contato dos europeus colonizadores e guineenses, na era colonial. Essa língua possui as suas próprias características como qualquer língua autónoma possuiria, ou seja, para esse autor, o crioulo do que se fala é uma língua completa que é efetivamente capaz de resolver as necessidades comunicativas das populações que a utilizam. É preciso compreender que em vários momentos a língua crioula foi considerada como dialeto ou então, o português mal falado. Porém, ele não é um dialeto, e sim, língua, pois, como se entende o dialeto como língua ou variedade de fala de uma língua e que essa variedade não tem o mesmo valor com a língua principal, o crioulo¹⁶ do que se fala não tem essas características, ou seja, apresenta realmente características de língua própria. Portanto, seria a língua crioula a ter seus dialetos e não o contrário, (INTIPE, 2021).

Desenvolvida principalmente no seio entre lançados, grumetes em contatos com as populações sob domínio colonial e nos processos comerciais, a língua crioula começou a ganhar espaços de forma emergencial. Ficou notável nos grandes centros das cidades, porém, com a presença do português ao seu lado, foi sempre desvalorizada em detrimento deste último. Juntamente com as outras línguas étnicas das comunidades, ela não mereceu grandes atenções do lado dos colonizadores, (EMBALÓ, 2008). Nas explicações deste autor, esse fato prevaleceu até momentos pouco antes da tomada da independência da Guiné-Bissau. Após a tomada da independência do país, a língua ganhou uma nova visão, passou a ser valorizada em quase todo o território nacional e recebeu o título de língua da unidade nacional.

¹⁶ Língua crioula guineense, dependendo de autor, possui mais que uma designação, portanto, podendo ser chamada de: Crioulo guineense, o Guineense, Kriol ou simplesmente o Crioulo.

Mas, a questão que sempre se coloca sobre o status dessa língua é o seguinte: se o crioulo possui essa função comunicacional nesse território, porque não o oficializar e introduzi-lo nos currículos escolares como uma das línguas de ensino? A resposta para esta questão pode ser diversa, mas, é necessário levar em conta o fator que Embaló (2008) vai considerar, até um certo modo, de baixo nível de formação dos professores e principalmente a não uniformização da sua escrita. Ele, considera esse fato como uma das principais causas para os insucessos de muitos alunos nas escolas e as escolhas particulares das formas de escrita da parte de quem escreve texto nessa língua.

5.1 FASES DE USO DO CRIOULO GUINEENSE: MOMENTOS ANTES E APÓS A INDEPENDÊNCIA

Esta seção tem como o foco a apresentação dos dois períodos em que a língua crioula é falada pela população na Guiné-Bissau, a partir da perspectiva de Scantamburlo (2013). Nela, estão destacados dois momentos referentes, primeiro, à época antes da tomada da independência do país, ou seja, período colonial e, segundo, o momento depois da independência.

- **O crioulo antes da independência, (SCANTAMBURLO, 2013)**

Para se debruçar acerca dessa primeira fase, o autor recorre aos trabalhos de Pinto Bul, que divide em quatro períodos a “história do crioulo”:

Primeiro:

Corresponderia aos séculos de XV-XVIII (praças de Cacheu, Farim e Geba). Os nomes mencionados entre parênteses se referem às maiores cidades ao Norte do país e, nessas localidades, o crioulo guineense já estaria a ser formado. E essa formação de uma nova língua era influenciada principalmente pelos Grumetes¹⁷. Ele refere a entrada dos portugueses no território dos papéis, o que aconteceria entre os séculos XVII-XVIII. Como demonstra Marcelino de Barros (1897-99: 181, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 30), o crioulo guineense já se formava antes mesmo da ocupação das zonas de sua formação.

¹⁷ Grumetes – nativos africanos que estabeleciam relações com os portugueses e tinham o estatuto de intermediários entre as pessoas indígenas e os civilizados.

Muitos dos autores, como alguns que neste trabalho já foram citados, consideram o final do século XVII e início do XVIII como período de formação do crioulo guineense, porém, com esta afirmação do linguista, dá para enxergar ainda mais sobre isso. Portanto, esse crioulo falado nessa época já se encontrava nas zonas em que viviam os Grumetes e os Lançados e seria a língua com características muito mais conservadoras devido ao seu tempo e as pessoas que a falavam nessas regiões (BUL *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 50).

Segundo:

Século de XVIII-XX, este período corresponderia ao crioulo guineense que se falava em Bolama.

Terceiro:

Período de 1915-1961;

Aqui, a língua crioula já estava ganhando muitos espaços nos grandes centros urbanos, sobretudo nas “praças” e no seio das pessoas (majoritariamente sem a escolarização). Como não era dada a devida consideração, precisamente da parte dos portugueses, essa língua era estigmatizada e proibida nas instituições do Estado de modo geral e também nas igrejas, Scantamburlo (2013). Fato que praticamente deixa evidências até nos dias atuais. É importante ter em conta que foi nos finais desse período que a população guineense, ainda sob a dominação colonial, começou a reivindicar seus direitos de uma forma já mais notória e direta. Essas épocas culminaram com acontecimentos importantes como a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (o PAIGC), em 19 de setembro de 1956. E, em 1959 aconteceu, portanto, a massacre de Pindjiguiti, ato que sucedeu como a consequência das reivindicações dos funcionários dos portos de Bissau, neste caso, os estivadores, por causa dos baixos salários e más condições de trabalho. O povo da Guiné-Bissau adquiriu um novo olhar que mudaria o rumo da sua história.

Como demonstram Namone e Timbane (2017), durante a luta pela independência, esse idioma foi levado para diferentes territórios pelos nacionalistas com o objetivo de manter contatos entre os que combatiam o exército português e os aldeões. Usava-se apenas as línguas nacionais, neste caso, o crioulo guineense e as línguas autóctones das etnias presentes sobretudo nas aldeias.

Quarto:

Período de 1961-1974.

Neste período, assim como apontado no parágrafo acima, o crioulo guineense passou a ganhar novos espaços na sociedade, sendo usado nos lugares que outrora não podia coabitar com a língua portuguesa. Relativamente às movimentações e interação ou contatos entre os membros do PAIGC, o autor salienta que o ato de comunicação ficou mais fácil com o recurso à essa língua, isto é, considerando que os referidos membros desse partido pertenciam aos diferentes grupos étnicos e, portanto, possuindo línguas diferentes, usava-se o crioulo guineense como a língua comum, que todos entendiam, para facilitar, portanto, nos seus trabalhos. Também é preciso contar com os empréstimos, sobretudo da língua portuguesa que ela vem ganhado dadas as necessidades comunicativas e sociais.

- **O crioulo depois da independência**

Em 24 de setembro de 1973 a Guiné-Bissau proclamou a sua independência de forma unilateral, e essa independência só foi aprovada pelo Portugal um ano depois, sendo, portanto, o Brasil o primeiro Estado a reconhecer a sua autonomia. Nessa cerimônia de proclamação que aconteceu em Madina de Boé, foram utilizados os discursos em língua portuguesa, porém, o crioulo sempre estava presente e, como consideram muitos autores, foi a partir desse momento que o crioulo guineense começou a ganhar o título de língua da unidade nacional, (MANÉ, 2018, p. 35).

Nesta seção, Scantamburlo (2013) aponta primeiramente para os fatores que ajudaram muito na formação do crioulo como língua veicular, a língua de contato cotidiano entre os cidadãos. O autor destaca os quatro principais pontos, para isso, temos:

A urbanização:

Este período consistiria na organização das cidades, sobretudo a capital Bissau. Em Guiné-Bissau, a capital começou a receber muitos cidadãos vindos do interior em busca de melhores condições de vida, lá se estabeleciam e trabalhavam para o sustento das suas famílias. O setor do comércio começou a crescer e a atrair as populações que trocavam seus produtos ou faziam compras e vendas dos produtos da primeira necessidade. Além das importações que aconteciam, o mercado interno também produzia principalmente produtos

para o consumo interno. Esse processo de crescimento no setor do comércio também trairia as comunidades vizinhas, ou seja, havia, como ainda acontece nos tempos atuais, muita imigração dos cidadãos estrangeiros sobretudo dos países mais próximos da fronteira do território guineense. Só para ter uma ideia, as línguas estrangeiras, principalmente o francês e o inglês, se fazem muito presentes na Guiné-Bissau devido a esse processo migratório, entre outros fatores também. Entre os principais países responsáveis por esse processo migratório, o autor destaca a Mauritânia, a Guiné-Conacri e a Nigéria, (SCANTAMBURLO, 2013, p. 53). O comércio foi, portanto, liberado para todo o país. Além disso, várias instituições começaram a funcionar, sobretudo, os meios de comunicação social, primeiro, do Estado e depois surgiram várias rádios comunitárias, entre outros.

A democratização:

Quanta a democratização, ele destaca as eleições democráticas em 1994 e a Rádio da Difusão Nacional (RDN) serviu de principal meio de comunicação para esse processo eleitoral. Essa é uma das principais ocasiões para a difusão do crioulo guineense, pois, para a transmissão de mensagens de uma maneira mais eficaz e de modo a atingir a maior parte da população, recorrer à língua crioula era a opção mais ideal. Até o mesmo autor afirma que havia realmente muito interesse da parte dos deputados em proferir os seus discursos em crioulo guineense, mesmo tendo conhecimento da língua portuguesa, isso inclui também os que não tinham domínio desta última língua.

Por outro lado, ele traz a questão da guerra civil de 07 de junho, um levantamento militar ou golpe de Estado que durou 11 meses na cidade de Bissau e nos arredores. Havia já nessa altura duas rádios difusoras em Bissau, a Rádio da Difusão Nacional (RDN), que, portanto - emitia a favor do governo eleito - e rádio Bombolon (RB) que estava ao lado dos militares que desencadearam esse conflito em resposta à “má gestão” das forças armadas da parte do referido governo. As duas rádios mencionada transmitiam as atualizações e as situações do conflito para todas as regiões que podiam alcançar na altura e essas transmissões aconteciam geralmente em língua crioula guineense, de maneira a atingir o maior número da população possível.

Por fim, o autor traz o papel da comunicação social, neste caso as rádios presentes no país. Segundo ele, existem 40 rádios atualmente na Guiné-Bissau, classificadas como as rádios comunitárias (que posicionam em primeiro lugar em termos de número de instituições, inclusive a RDN), as rádios privadas (também consideradas de comerciais) e as rádios

religiosas (que emitem com base nos usos e costumes religiosos, portanto, católico, evangélico e islâmico). Todos estes grupos de rádio mencionados possuem as duas principais línguas de trabalho, o português e o crioulo guineense. No entanto, este último idioma tem uma representatividade relativamente maior, visto que em maioria dos programas radiofônicos tem-se a tendência de atingir a maior parte da população espalhada por diferentes localidades do território nacional ou no estrangeiro.

5.2 O ENSINO DA LÍNGUA CRIOULA

É apontado em vários momentos que essa língua é desprovida da uniformização da sua escrita, e isso seria uma das razões que fazem com que ela não fizesse parte dos currículos escolares no sistema do ensino. Mas, existem realmente muitos materiais ou textos escritos nessa língua, suficientes para permitir um estudo científico suficiente e mais aprofundado para dar resposta a essa situação. A presente seção debruça acerca da língua crioula guineense, tendo em vista o seu ensino que não parte de materiais normatizados convencionais definidos pelas autoridades da Guiné-Bissau. Aponta para a necessidade de estudos científicos do crioulo guineense para a sua possível introdução com uma das línguas de ensino no país.

Não se pode negar que existem vários materiais de apoio que auxiliam os professores no ensino da língua crioula, o ensino esse que apenas parte das iniciativas próprias dos acadêmicos ou nos espaços religiosos. O que se pretende dizer com isto é que, sabendo que não existe o ensino do crioulo guineense nas escolas, exceto a utilização dessa língua em certas circunstâncias pelos professores, as pessoas que eventualmente ensinam essa língua para os não falantes, ou seja, estrangeiros, sobretudo, utilizam as suas metodologias de ensino e os conteúdos que são ministrados, portanto, partem das suas escolhas ou baseando-se em obras já escritos, como os dicionários do que se tem e, portanto, não existindo uma única regra que seja universal para tal ensino, como normalmente acontece com o ensino da língua portuguesa.

Ainda sobre isso, o autor Baldé (2013) tenta demonstrar essa situação linguística do país, para ele, a Guiné-Bissau estaria numa situação de impasse em questões de processo de normatização das línguas para poder dar as devidas considerações que merecem. Como o país apresenta uma variedade muito enorme de línguas, era necessário garantir meios materiais e humano para dar resposta a essa situação, o que, portanto, não se verifica, ou seja, o Estado carece dessas possibilidades. Tendo demonstrado isso, Baldé (2013) aponta para o caso do crioulo guineense que, ao seu ver, devido a posição que essa língua ocupa na sociedade, sendo

a única que desempenha a função de língua veicular, o crioulo poderia ser uma exceção, merecendo, assim, estudos científicos.

Esse idioma poderia ser dado a devida consideração da parte de Estado, dando-lhe o estatuto de língua da unidade nacional e até mesmo língua oficial do país, através de fixação da sua escrita. O autor aponta para possibilidade ou até mesmo a facilidade que poderia ser encontrada ao normatizar e fixar a sua escrita em prol do seu efetivo ensino nas escolas e não só. Isto porque essa língua apresenta características que lhe facilitariam na sua inserção para o ensino, ou seja, não existiriam dificuldades em inserir “termos científicos” na sua grafia e consequente ensino nas áreas científicas. Como acontece com a língua portuguesa ou com as outras línguas naturais, o crioulo guineense estaria também adotando termos novos que até então não fazem parte da sua gramática ou léxico para responder as demandas do mundo da globalização e de novas tecnologias emergentes.

5.3 O CRIOULO E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA

Antes de mais nada, vale considerar que as línguas étnicas na Guiné-Bissau são, entre outros, os principais fatores que contribuem na representação das diferentes culturas no país, sendo assim, cada grupo étnico possui seus próprios usos e costumes que o identifica. A cultura propriamente dita neste caso corresponde às cerimónias tradicionais, que compreendem principalmente a Toca-choros, eventos como festivais de danças tradicionais, entre outros. Portanto, em maioria dos casos, as línguas utilizadas normalmente são as étnicas e em maioria das vezes esses eventos acontecem no interior do país, nas zonas com maior concentração dos falantes de línguas de nativas como a primeira.

Falando agora na língua crioula com a cultura que representa, o cenário segue os mesmos paradigmas. Sendo considerada a língua de unidade nacional, (AUGEL, 2007), através da sua valiosa utilização no seio político da época colonial, o crioulo guineense exerce realmente essa função de fator primordial na agregação e consolidação do povo da Guiné-Bissau. A sua utilização é fundamental na vida social dos cidadãos, pois, a maioria de tudo que se faz no país, em termos de atividades cotidianas, é representada em crioulo. Fatos que vão ajudar em reafirmar essa realidade tem a ver com, por exemplo, a música local. Hoje em dia, para se poder atingir a maior parte da população com um conteúdo na área da música, tem que se levar em consideração o uso da língua crioula. A música guineense é expressada maioritariamente em crioulo, visto que através desta estratégia, pode-se fazer passar a mensagem para toda a população, distribuída por diferentes etnias.

Segundo Augel (2007), um estilo musical bastante popular na Guiné-Bissau é predominantemente dependente do crioulo guineense. Esse estilo da música nacional é denominado de *mandjuandadi*, termo típico nacional, é o estilo desenvolvido e utilizado principalmente pela camada feminina e que ultimamente vem ganhando espaço no cenário sócio cultural do país. Como apontado, este estilo da música guineense retrata a realidade cotidiana do povo, as situações sociais, políticas e das comunidades, precisamente na cidade de Bissau e, com o objetivo óbvia de atingir a maior parte da população, é muito mais viável recorrer à utilização da língua crioula, uma língua franca, de todos e responsável pela união das etnias.

Existem vários grupos culturais no país que, de algum modo, conseguem, nas suas atuações, fazer uma exibição daquilo que é a realidade cultural existente. O uso do crioulo, em todo caso, aparece como uma necessidade inquestionável. Numa situação em que se pode verificar a presença massiva de pessoas de vários grupos étnicos, por exemplo, nos eventos cerimoniais, o crioulo surge como elo de ligação vincula as pessoas. A sua utilização constante permite que não haja uma supremacia étnico linguístico entre as populações, ou seja, se nenhuma etnia emerge linguisticamente como a predominante, de uma maneira mais geral, é graças ao papel desta língua franca, Embaló (2008).

Numa outra situação, pode-se levar em conta a cultura escrita do país. A maioria dos textos escritos pelos autores guineenses foi na língua portuguesa, porém, existem também escritos em crioulo. Apesar de não ser oficializada pelo Estado guineense uma norma que seja universal para a escrita do crioulo guineense, os escritores e demais acadêmicos, neste caso, os estudantes de modo geral, utilizam formas que acharem melhores, porém, as diferenças não são enormes, visto que, na maioria das vezes existe uma certa homogeneidade na escrita.

Entre tipos de textos escritos em crioulo, se destaca as obras literárias. Como salienta Embaló (2008), por um lado, a escrita no crioulo guineense seria menos divulgada, mas, teria realmente uma grande representatividade na área de literatura. É facto que a cultura literária sempre fez parte da história do povo guineense, é uma tradição que anda de mãos dadas com o dia a dia da população. Sendo assim, vale levar em consideração que a cultura do que se fala, não se limita apenas na questão de representatividade, das realizações tradicionais como por exemplo, as danças, as línguas, nas cerimônias através de realizações rituais, entre outros, mas sim, também a cultura do povo guineense se expressa na sua literatura. Para isso, é necessário principalmente considerar a questão da tradição oral. Muitos dos mitos que outrora se limitava tradicionalmente na prática da oralidade, agora estão sendo interpretados por meio da escrita e é exatamente nesta ocasião que a escrita do crioulo guineense se insere. Entre as

várias formas da expressão literária, o autor acima mencionado destaca a poesia guineense. Além deste gênero literário, ele também cita a música, teatro e o cinema como meios principais em que essa língua é recorrida.

Perante este panorama pode-se dizer que o crioulo guineense está-se a tornar numa língua de cultura porquanto a ele recorrerem os poetas, contistas e músicos para traduzirem o seu mais profundo sentir e restituírem ao ‘produto cultural’ a sua verdadeira identidade, (EMBALÓ, 2008, p. 105).

Ainda falando em relação entre crioulo guineense e a cultura do povo, um outro fator preponderante nesta questão é a tradição de conversação que os guineenses possuem. Sendo mais explícito, o ato de *djumbai* (conversação). Esta prática significa, desde os primórdios dos povos, as formas de expressão cultural, nela, as pessoas, que podem ser da mesma faixa etária ou não, se agrupam num só sítio e com o objetivo de partilhar conversas ou informações. Acontece o ato de narração totalmente oral de mitos, estórias, contos tradicionais e até mesmo das realidades que dizem respeito a atualidade social, política e cultural nas comunidades. Este ato de *djumbai* significa também a discussão de vários temas e assuntos do interesse das pessoas nesse momento. Sendo possível encontrar a disputa de quem ganhe a discussão ou simplesmente para fins de entretenimento entre os indivíduos que se conhecem, (INTIPE, 2018, p. 34).

É de salientar ainda que, devido as variedades de temas que podem ser incluídos num ato como esse, numa perspectiva mais conservadora da palavra, a prática de narração de adivinhas é muito notória nesse contexto cultural. Como acontece em outras situações, é a língua crioula guineense que é utilizada em maioria desses momentos, sobretudo quando se refere à camada de pessoas mais jovens. Praticamente a narração das adivinhas acontece à noite, é o facto que, em maioria das vezes, acontece mais nas zonas rurais em que existe normalmente acesso um pouco restrito de televisão ou similares.

Essas práticas de adivinhas e narrações de contos tradicionais ajudam muito na transmissão dos saberes dos antepassados, sobretudo da parte dos mais velhos para os mais novos. E possibilita também na divulgação da cultura do país, através da utilização do crioulo na escrita. É preciso também ter em conta que todas essas tradições de narração não apenas acontecem na língua crioula, mas sim, acontecem em todas as outras línguas nacionais, neste caso, as línguas étnicas. Mas, quando se fala da cultura escrita, não é costume encontrar textos escritos nessas línguas, restando apenas textos em crioulo ou na língua portuguesa, respetivamente.

Como se observa, a cultura na Guiné-Bissau se expressa de múltiplas formas, para que toda a população possa ser atingida com as tradições de todos os grupos étnicos, recorrer a utilização do crioulo guineense é sem dúvida a estratégia mais viável.

Sendo assim, como explica Namone (2017), a língua sempre está ligada a cultura, tanto nos aspetos históricos, assim como estruturais. O crioulo, por seu turno, não foge dessa situação, ele pertence a todos os grupos étnicos, sendo, portanto, o principal idioma no que concerne a representatividade das realizações culturais das diferentes etnias presentes no país.

5.4 A LÍNGUA DO CONTATO COTIDIANO DOS CIDADINOS DE BISSAU

Em várias passagens deste trabalho foi mencionado o papel da língua crioula na sociedade guineense, é preciso, portanto, levar em consideração de que essa língua possui uma função enorme no processo de representatividade, do modo de ser do povo guineense. Este capítulo tem como enfoque o dia a dia linguística das populações convivendo numa sociedade étnica e linguisticamente variada, e com um enfoque particular para a comunidade estudantil guineense residente na Bahia, Brasil.

Considera-se o crioulo guineense como a principal língua para o contato entre os guineenses falantes de diferentes idiomas étnicos, para isso, é necessário levar em conta os principais lugares em que mais existe de fato esse processo de contato. Entre outros lugares de contato cotidiano de pessoas, aqui são escolhidos dois, neste caso, os mercados guineenses e a comunidade de estudantes guineenses na UNILAB, no campus dos malês, em Bahia, Brasil.

Os diferentes mercados espelhados principalmente na cidade de Bissau são palcos com uma conexão linguística muito enorme e, para salvaguardar uma efetiva relação linguística entre as diferentes personalidades nesses sítios, o crioulo assenta como o principal idioma.

Falando nos comerciantes ou mercadores que escolheram a Guiné-Bissau para se trabalhar, estes rapidamente precisam se adaptar linguisticamente para melhor se integrarem nos diferentes mercados¹⁸, e a aquisição do crioulo facilita muito nas suas atividades diárias. Vale ter em conta que para os estrangeiros, precisamente falando no caso dos mauritanianos, senegaleses, nigerianos e guineenses do país vizinho (a Guiné-Conacri), a compreensão e a prática rápida e eficaz da língua crioula tem uma grande vantagem, visto que, tendo em conta as diferentes atividades comerciais que praticam, eles precisam atrair clientes para os seus

¹⁸ Os mercados na Guiné-Bissau aparecem no cenário linguístico como um fator muito importante para o contato linguístico que existe no país, visto que albergam uma moldura enorme de pessoas.

negócios, e é exatamente nessa situação que muito se faz necessário aprimorar suas competências e desempenho linguístico.

Além do caso do mercado guineense, o segundo fator tem a ver com a comunidade dos estudantes guineense residentes na Bahia – Brasil, precisamente no campus dos malês.

Há uma necessidade de trazer esse lugar acadêmico porque realmente nele acontece um cenário muito interessante, sobretudo, no momento de interação entre estudantes. Para isso, é necessário considerar que o campus universitário do que se fala alberga uma vasta comunidade dos estudantes oriundos dos países da língua oficial portuguesa, porém, a comunidade guineense neste cenário apresenta linguisticamente uma certa particularidade. Portanto, é de salientar que, entre todos esses países presentes na universidade, apenas a Guiné-Bissau e Cabo-Verde possuem uma língua franca que não seja a portuguesa, sendo, portanto, o crioulo cabo-verdiano e o guineense.

A interação entre os alunos guineenses com o resto de todas as outras comunidades do PALOP, inclusive os brasileiros, acontece praticamente em língua portuguesa, todos os dias nas suas rotinas, porém, por outro lado, é difícil ou quase impossível verificar um momento em que os guineenses utilizam entre si a língua portuguesa para se comunicarem. Quando um ou mais guineenses se inserem numa conversa ou discussão em língua portuguesa, eles não apresentam problema algum em participar ativamente nesse meio.

É interessante considerar também que nas salas e nos momentos das aulas, todos utilizam a língua portuguesa para interagir ou participar nas aulas, mas quando se fala de um encontro entre dois ou mais guineense entre si, a conversa sempre acontece no crioulo guineense. Esse fato acontece sobretudo nos ambientes informais, ou seja, nos campos desportivos, nas atividades como festas, nas localidades de diversões e mais ainda em casa onde apenas eles estão a residir. Às vezes as conversas em língua crioula também acontecem entre um guineense e um cabo-verdiano, como as duas línguas se imitam bastante, não existe, portanto, grandes esforços para que um desses povos compreenda a língua do outro, e vice e versa.

Portanto, este é um fato realmente muito interessante, pois demonstra que, além do crioulo guineense possuir basicamente essa função comunicativa, ele é um dos meios que mais facilita no processo de representatividade nos indivíduos, transporta a cultura e o hábito dos guineenses para o mundo a fora e esse comportamento ajuda a própria língua a se expandir e a ser compartilhada com o resto de todas as outras comunidades inseridas tanto na academia quanto nas outras localidades.

6 O CRIOULO EM CONFRONTO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

Como acontece com todas as línguas presentes no país, a língua crioula estabelece contato direto com a portuguesa num convívio linguístico contínuo. Nesta parte do trabalho, pretende-se apresentar a realidade linguística do país tendo em conta a relação crioulo/português no que concerne as políticas linguísticas que se vive, sobretudo na área da educação.

É de salientar de antemão que as línguas de comunicação cotidiana no país são todas elas que até então estão presentes e vivas, porém, a que mais é utilizada é o crioulo. Este lugar que ele ocupa lhe dá o prestígio de ser chamado pelos linguistas de língua de contato, língua veicula ou a língua franca, portanto, não existindo outras com maior número de falantes ou que desempenhem essa função na sociedade guineense. Esta situação regulamenta linguisticamente, até um certo ponto, a uniformização da sociedade em questão. Todas as pessoas pertencentes as diferentes etnias conseguem estar sintonizadas através dessa língua e, não só, o crioulo também mantém uma certa ligação entre as pessoas falantes nativas da língua portuguesa com falantes cuja línguas étnicas/autóctones são primeiras.

O português¹⁹ (a língua), sempre ocupou lugares de maior prestígio social no país, e esse é realmente o fato que acontece desde a era colonial até nos dias atuais. Como explicado nas passagens anteriores, ela é a língua de comunicação do Estado em termos oficiais, nas documentações e contatos com as instituições ou comunidades estrangeiras. Em maioria dos programas televisivos ela assenta como o idioma principal, contando também com as escolas e centros educacionais existentes no país. Porém, esse lugar ocupado por ela não lhe atribui o título de língua principal em termos de números de falantes, ou seja, existe relativamente um valor percentual muito reduzido de seus usuários, em detrimento das demais línguas, (IÉ, 2022).

É preciso ter em conta que, como acontece com as outras línguas que possuem lugares de prestígio, como se pode atualmente ver o crescimento das duas principais línguas estrangeiras, neste caso, o francês e o inglês, o português tende a ganhar ainda o número de falantes ou de pessoas que dela precisam para as suas vidas acadêmicas, sobretudo. Esse fato acontece normalmente por causa do sistema de educação do país, que apenas considera de oficial a mesma língua no país todo. Com um número cada vez crescente de pessoas que vão para a escola, a necessidade do uso do português também conseqüentemente aumenta. É

¹⁹ Raramente se encontra pessoas que dizem ter a língua portuguesa como a materna, a língua primeira, porém, é única língua oficializada para o ensino, apesar de apresentar números reduzidos de falantes.

necessário ainda considerar que a política educacional guineense, pelo fato de ter apenas a língua portuguesa como a do ensino, permite aos estudantes a darem máximo esforço em desenvolver as suas competências nessa língua e a darem muito prestígio em relação às demais línguas do país.

Numa outra perspectiva, como se pode observar nas afirmações de Có (2021), a expansão dos meios de comunicação social, sobretudo da internet, fortalece bastante o uso do português. A comunicação social baseada no uso das novas tecnologias, ou seja, da internet, tem aumentado cada vez mais. A principal língua que vai ser utilizada nesse cenário é a portuguesa, desde já que se trata do contexto social no território guineense. E, para estender ainda mais esse campo de mídias sociais, o crioulo guineense é tido como elo de ligação entre língua portuguesa com as demais outras. O autor também trouxe a questão da escola no que tem a ver com o nível de escolaridade das pessoas, pois, para ele, quanto menor é a taxa de “analfabetismo”, maior seria o número de falantes do português no país, (CÓ, 2021).

De igual modo como acontece com o francês e o inglês, a língua portuguesa também é ensinada em outros centros que não sejam nas escolas públicas ou nas escolas particulares. O centro cultural brasileiro é inegavelmente uma referência para o ensino da língua em questão. Em muitas das igrejas ela é usada, principalmente nas ocasiões mais solenes, por exemplo, na Paróquia de Cristo Redentor ou na catedral²⁰ de Bissau, as missas do dia domingo, consideradas como as principais, são dadas em língua portuguesa, isso contando também com outros eventos solenes ou de grande importância para as igrejas em questão.

Portanto, é necessário considerar que em todos essas ocasiões em que a língua portuguesa está presente, há também ao seu lado o crioulo guineense. Então, não existe praticamente distanciamento entre ambas, e o contato entre eles é sem ponto de dúvida constante e ininterrupta.

Essa relação crioulo/português possui evidência sobretudo no espaço acadêmico. O que se pretende dizer com isso é que eles são os dois principais idiomas do país no contexto do ensino e aprendizado, não existindo, portanto, sequer uma das línguas étnicas que assumisse um lugar nesse espaço. Ainda, concluiu-se que, apesar de andarem de mãos dadas, é a língua portuguesa que sempre vai sobressair não em termos de números de falantes, mas sim, em questões da escrita convencional.

²⁰ Nossa Senhora de Candelária, igreja de Cristo Redentor, entre outras igrejas da cidade de Bissau, é muito regular o uso do português nas cerimônias litúrgicas, sobretudo quando se refere a celebrações das missas principais.

6.1 O CRIOULO E O PORTUGUÊS NAS SALAS DE AULA

Foi apontado nas passagens anteriores que a língua do ensino na Guiné-Bissau é o português, mas, uma questão que não se deve calar é: como é o uso do português nas salas de aulas ainda sendo a língua com menor número de falantes em relação ao crioulo guineense no país?

Pois bem, os alunos, principalmente falando da cama infantil, já chegam nas salas de aulas falando as suas línguas maternas, (OLIVEIRA, 2013, p. 133) que, neste caso, seria sobretudo o crioulo guineense e, em certos casos, as línguas étnicas, estas, provavelmente mais para as regiões do interior, ou seja, nas tabancas (aldeias). Eles são confrontados com a língua portuguesa nas escolas e o crioulo guineense simplesmente “não é encorajado”, (MANÉ, 2018, p. 36), muito menos as demais outras línguas étnicas. Apesar desse fato, ainda a língua menosprezada em detrimento do português se faz presente. Ainda para Mané (2018), o crioulo guineense é utilizado pelos próprios professores em certas circunstâncias, sendo mais preciso, eles falam nessa língua para facilitar a compreensão dos estudantes, sobretudo na explicação das matérias.

Nas explanações de Couto e Embaló (2010), o português falado no país ocupa apenas 13% de número de falantes, que normalmente estes teriam essa língua como a segunda ou mesmo a terceira. Portanto, existe uma grande diferença quando se compara essa situação com o caso de, por exemplo, Angola e Moçambique. Para os autores, na Guiné-Bissau houve uma fraca presença dos colonizadores portugueses em relação aos dois países mencionados, ou seja, até o século XIX, a Guiné seria só uma “fonte de escravos e de algumas mercadorias para os exploradores portugueses”. Eles consideram que este seria um dos fatos que fizeram com que a língua portuguesa não se edificou fortemente no território guineense como aconteceu nos dois países mencionados, o que possibilita, portanto, a continuação da forte presença das línguas étnicas e o surgimento de uma nova língua, o crioulo.

Particularmente, no caso de Angola, só para ter noção, um dos maiores motivos que possibilitaram a grande presença e expansão do português é a “deslocação” das populações que viviam nas zonas rurais para as grandes cidades, por motivos de guerras civis. Como a língua portuguesa já se estabelecia muito bem nessas zonas, as presenças massivas das pessoas nesses centros urbanos fizeram crescer cada vez mais o número de falantes dessa língua. Portanto, esta dinâmica que o português representa nesse território ajudou também em não o surgimento de uma nova língua, ou seja, de um crioulo de base lexical portuguesa. Para

isso, é o português que se mantém como a língua franca, correspondendo aos 30% de número de falantes angolanos, (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 45).

Vistos essas considerações, pode-se perceber a verdadeira razão para que o português não conseguisse assumir essa função que os dois autores vão denominando de língua vernácula. E consideram de insignificante o número de pessoas que a falam como a primeira língua ou língua materna. Portanto, essas pessoas poderiam apenas ser, por exemplo, filhos de pais mistos (português e guineense) ou que nasceram nos territórios como o Brasil ou Portugal, e consideram ela como a língua de nascença.

Um fato muito pertinente acerca da disputa entre o crioulo guineense e o português tem a ver com os lugares dessas línguas no setor de ensino no país. Couto e Embaló (2010) trouxeram uma explicação bem notória que demonstra as consequências deixadas pelo poder colonial relativamente a atribuição das classificações hierárquicas no campo sociolinguístico. Eles apontaram para uma “experiência” que definia a utilização do crioulo no ensino guineense, nos anos iniciais das crianças, ou seja, no ensino primário.

Devido ao fato de ser a língua oficial, o português é também a língua do ensino. Toda a escolarização se dá nessa língua, com pequenas concessões ao uso do crioulo nas fases iniciais da alfabetização. Uma experiência de utilização do crioulo nos dois primeiros anos do ensino primário foi aliás realizada entre 1984 e 1993 no âmbito dos Centros Experimentais de Educação, como já foi dito no capítulo anterior. O português substituiu-o a partir de terceiro ano. No entanto a experiência não chegou a ser generalizada e o português permanece a única língua de ensino (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 48).

Portanto, afinal, nem sempre o crioulo guineense foi rejeitado no campo do ensino no país. Dada a importância que essa língua possui, chegou-se a um momento em que as autoridades competentes perceberam a sua necessidade no auxílio para o sucesso dos alunos nas escolas. A experiência que se refere no trecho acima possibilitava o ensino na língua crioula durante os dois anos das fases iniciais das crianças, o português, no entanto, assumia o lugar a partir do terceiro ano, como apontam os autores. Finalmente, essa referida experiência não teve grandes sucessos e a língua portuguesa simplesmente voltou a assumir o seu lugar oficial nas escolas. Nos tempos atuais, desde o primeiro ano até décimo segundo (12º) da escolaridade, é oficialmente obrigatório o uso do português em todas as escolas do país.

A língua Portuguesa tem uma raiz forte na Guiné-Bissau, como abordado nas passagens anteriores, não em termo do número das pessoas que falam o idioma, mas sim, em termos da formação do país como um Estado soberano e oficialmente independente e lusófono. Todos os documentos oficiais do país foram e são elaborados nessa língua desde a

sua história como nação. Os livros didáticos para o ensino nas escolas normalmente são trazidos de Portugal e o país adota, portanto, o sistema português de educação. Neste ponto de situação, vale trazer em questão as produções bibliográficas da publicadora INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), que maioritariamente os seus arquivos são impressos em Portugal e, portanto, a língua principal nas publicações é a portuguesa, (COUTO e EMBALÓ, 2010).

Como apontado por Mané (2018), o português é praticamente a língua para ser usada obrigatoriamente no ensino. Ele trouxe como exemplo o caso do Brasil que a língua portuguesa seria a materna da maioria da população, mas, no caso guineense, o cenário é praticamente outro. Os alunos enfrentam desafios ao se adaptarem com a nova realidade linguística nos anos iniciais do ensino. Porém, é um desafio que rapidamente eles vão superar, pois, como o crioulo guineense representa a maioria do léxico vindo do português, isso ajuda de alguma maneira a encurtar o tempo de aprender esta última língua. Por isso, a variedade do português é coisa que sempre vai existir com grande intensificação nas falas das pessoas, pois, como demonstrado anteriormente, o crioulo guineense é a língua primeira da maioria, principalmente dos cidadãos de Bissau e, portanto, é a língua mais falada no país, (OLIVEIRA, 2013). Ainda, é necessário lembrar o caso dos que não possuem nem a língua portuguesa, nem o crioulo guineense como suas línguas maternas, mas sim as línguas étnicas. No caso como este, a questão de variedade no português parece estar ainda mais visível. Para estes fatos, Namone (2018) aponta o seguinte:

Por isso mesmo, esta língua cria dificuldades no processo de ensino- aprendizagem no país, pois muitos alunos não a falam no seu cotidiano. Destaca-se o caso da etnia balanta brassa, cujos alunos reclamam bastante da metodologia do ensino e dificuldades de aprender português, situação que gera reprovações e abandono escolar. Os pais preferem ocupar filhos com trabalho infantil que trará sustento para a família do que matriculá-los nas escolas para repetir de ano várias vezes devido ao fraco domínio da leitura e escrito do português (NAMONE, 2018, p. 3).

Para os alunos cujo a primeira língua é uma das étnicas/autóctones e que têm mais contato com elas, existe neles primeiramente o processo de aprendizagem do crioulo guineense, fato que não acontece nas escolas pelo simples fato de que praticamente esse idioma não é ensinado nessas localidades ou em qualquer outra instituição do Estado, por isso, o crioulo que esses cidadãos falam às vezes é carregado de alguns traços (em termos fonológicos) das suas línguas maternas. E, ao se pronunciarem em língua portuguesa, apresentam o que o autor acima mencionado no texto vai considerar em termos gerais de “dificuldades” que, por sua vez, pode criar ainda outros obstáculos no processo do ensino-

aprendizagem no país. Esses traços fonológicos ou sotaques raramente são percebidos nas pessoas que, apesar de terem línguas étnicas como a materna ou a primeira, vivem maior parte de suas vidas nos principais centros da cidade, principalmente na capital Bissau, tendo, portanto, uma aproximação maior com o português.

Um caso que também não se deve pôr de lado é o fato de que a tradição oral é o que mais se faz presente no seio dessas línguas étnicas, em outras palavras, a maioria das línguas étnicas do país é desprovida da escrita, isso significa que as outras sim possuem textos traduzidos de outras línguas, porém com muita pouca acessibilidade da parte dos estudantes. E esses textos são normalmente encontrados nas igrejas, sobretudo, como as traduções dos livros sagrados do crioulo para tais línguas. No caso da igreja católica, existem vários livros (como o antigo e novo testamento) escritos em crioulo guineense, só para dar um exemplo.

Por fim, é preciso considerar que nas salas de aulas da maioria das escolas do país e centros educacionais, o crioulo guineense e o português sempre andam de mão dadas. A língua portuguesa sempre vai ser o primeiro idioma para o ensino, porém, na medida em que ela não está a dar conta da situação, precisamente falando em momentos de explicação das matérias, o crioulo logo é recorrido como a alternativa, mesmo ainda considerado não oficial para o ensino.

6.2 O USO DO CRIOULO EM RELAÇÃO AO PORTUGUÊS NOS EVENTOS POLÍTICOS

Aqui, pretende-se abordar questões de como e onde a língua portuguesa é utilizada na Guiné-Bissau, em relação ao crioulo guineense no campo político do país, sobretudo nas campanhas eleitorais²¹, através do uso oral das línguas.

Antes de tudo, é preciso ter em conta que o português é considerado desde sempre a língua de comunicação oficial do país, isso inclui a sua utilização obrigatória nas áreas como educação, significando que é a língua do ensino e, portanto, é a única até nos dias atuais; na esfera das administrações públicas é a língua do trabalho, ou seja, todas os textos oficiais do Estado são obrigatoriamente produzidos nesse idioma e também é a principal língua para contato com as relações exteriores, pois é a única língua que representa o país no mundo a fora. Neste ponto de ideia, a língua do que se fala tem e merece o título de língua nacional,

²¹ As campanhas eleitorais normalmente são eventos políticos que agregam muitos milhares de pessoas, nestas ocasiões, é comum constatar os discursos em língua crioula, portanto, pode-se afirmar que é praticamente inexistente a utilização do português nesses momentos.

portanto, apesar de ter sido introduzida no território guineense, a considerar desde a época do processo colonial, ela ganhou sua peculiaridade linguística, sendo mais preciso, o português, como se conhece na Guiné-Bissau, apresenta características de língua nacional, isso por conta do contato que mantém com as línguas locais, principalmente com o crioulo guineense, o que o autor Oliveira (2013) vai considerar de um contato intenso.

Tendo vivido anos da democracia, a Guiné-Bissau tem sido palco de eventos políticos que culminaram com atividades eleitorais em larga escala dentro do território, querendo com isso dizer que, as campanhas eleitorais que já se tem feito e que até nos dias atuais acontecem são marcantes não apenas no campo linguístico, mas também, cultural. Falando no primeiro caso, precisamente nos momentos das campanhas eleitorais, a questão linguística possui muita representatividade nas pessoas. Por ser a língua veicular do país, os políticos guineenses preferem fazer seus discursos em crioulo guineense, esta é uma estratégia das pessoas e das instituições, nomeadamente, as rádios, de poderem alcançar a maior parte possível de população com as suas mensagens.

Os eventos eleitorais em maioria dos casos acontecem nos espaços livres nos diferentes bairros, nas comunidades arredores da capital Bissau e nas tabancas (aldeias). Os políticos, nestas circunstâncias, optam por proferir as suas declarações em língua crioula, mas, em algumas ocasiões, para as localidades como nessas aldeias, alguns preferem a expressão em uma das línguas étnicas/autóctones (língua com a maior representatividade no local) e muitas vezes isso acontece apenas por um curto espaço de tempo, visto que, mesmo sendo lugares com uma predominância de línguas étnicas/autóctones, ainda prevalece a impressão de que é o crioulo guineense que vai resolver a situação de transmissão de mensagens para toda a moldura humana.

Ainda, em certos casos, faz-se necessário um intérprete. A função desse intérprete é normalmente de traduzir a língua crioula em uma das línguas étnicas locais e isso só acontece nas zonas que o crioulo esteja muito menos presente ou mesmo que ninguém utiliza essa língua no seu dia a dia. Este é um fato que também acontecia nos primeiros momentos da expansão do crioulo guineense como língua veicular, ou seja, nos primórdios da luta pela independência, durante e depois da tomada da independência. Como visto, nos momentos de contatos entre os combatentes e as aldeias em que o crioulo não chegava, havia a necessidade de encontrar intérpretes que, por sua vez, ajudavam na passagem das mensagens do crioulo para uma das línguas autóctones. Portanto, é essa a estratégia usada até nos dias atuais nas situações que já foram demonstradas anteriormente.

No parágrafo acima, viu-se falar dos discursos de forma oral, porém, não se mencionou em momento algum desses discursos a utilização da língua portuguesa, a língua oficial do país. Esse fato realmente não era de se questionar, ou seja, era de se esperar que o português do que se fala não fizesse parte desses eventos que normalmente são dominados apenas pela tradição oral. Portanto, ele, por ser um idioma com menos número de usuários em relação a língua crioula, não faria sentido algum um político ou candidato realizar seus discursos utilizando essa língua para fazer passar as suas mensagens.

Mas, não obstante, a língua portuguesa ainda se faz necessário, pois, nesses processos eleitorais, existem vários momentos em que há realmente a necessidade da sua utilização. Momentos esses podem ser os de cumprimento dos protocolos eleitorais oficiais como a escrita dos documentos de apresentação das candidaturas, o que obrigatoriamente tem que acontecer na língua portuguesa; também em momentos de debates dos representantes dos partidos políticos, a utilização do português é fundamental, ou seja, é o principal ou único idioma a ser utilizado, seguindo os parâmetros legais, mas, isso não impede o uso do crioulo, dependendo dos critérios dos organizadores de tais eventos de debates.

Concluindo, o português, em casos como esse, não teria uma maneira de propagação eficiente tanto quanto acontece com o crioulo guineense, portanto, o seu espaço ou a sua utilização e lugar de ocupação se restringe apenas nos campos oficiais, em outras palavras, a sua necessidade de uso se encontra nos textos oficiais que englobam todas as instituições do Estado e no setor do ensino, respectivamente.

7 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU

Existe de fato uma política linguística na Guiné-Bissau?

Sim, porém, resposta para esta questão pode, sem ponto de dúvida, aparecer simples, mas, o mais importante é tentar compreender que tipo de política linguística o país se enfrenta, principalmente nos dias atuais. É realmente uma política linguística que, ao ser enxergada atentamente, percebe-se que existe até um certo ponto algumas incoerências geradas da parte das governações seguidas, que não levam tanta consideração em debater as questões sociolinguísticas do país. Aqui, não se pretende aprofundar bastante na política do país em termos da sua gestão da parte dos sucessivos governos, mas o objetivo deste capítulo é de apresentar a real situação do país no que concerne as políticas linguísticas vigentes e relacioná-las com a realidade sociolinguística existente.

Há muitos autores que nos seus pontos de vista ressaltam a situação linguísticas do país que aparece meio equivocada, ou seja, refutam a importância da língua crioula na sociedade guineense e, ao mesmo tempo, demonstram que essa língua, de um modo geral, ainda não está sendo colocada no espaço em que merece estar, de ter uma cota parte nos currículos escolares e o seu efetivo ensino.

Foi apontado em algumas partes do trabalho que o uso da língua portuguesa na Guiné-Bissau como sendo a primeira língua da população guineense, sobretudo de alunos, é quase inexistente, portanto, a primeira língua que se assenta nesse lugar é sem dúvida alguma o crioulo e depois são normalmente as línguas étnicas.

Cá e Rubio (2019) investigaram o perfil linguístico dos estudantes guineenses de graduação da Unilab. Neste estudo, dos 50 estudantes que participaram na pesquisa, 52% têm a língua Bissau-guineense como primeira língua, 46% têm as línguas étnicas como primeira língua e 2% têm o wolof como primeira língua, uma língua de Senegal, um dos países que fazem a fronteira com a Guiné-Bissau. Assim, nenhum estudante mencionou o português como primeira língua. Ainda neste trabalho, a maioria dos participantes teve contato com a Língua Portuguesa na escola a partir dos seis anos de idade. No trabalho do Có (2018) dos 12 estudantes que participaram da pesquisa, nenhum mencionou a Língua Portuguesa como idioma materno (CÓ, 2021, p. 81).

O português como a única língua para o ensino guineense não cai muito bem na ideia da maioria dos autores linguistas guineenses.

As políticas linguísticas se referem basicamente as leis ou decisões oficiais que responsabilizam das questões linguísticas do país. Em outras palavras, a política linguística

tem a competência de interpretar ou determinar os lugares das línguas presentes num país, ou seja, que língua ou línguas usar em certas situações ou lugares. No caso da Guiné-Bissau, as regras se mantêm e foi então escolhido o português como o idioma a ser usado em todos os atos oficiais, inclusive nas escolas. A política linguística é responsável para a oficialização das línguas e atribuição das leis acerca das mesmas e, para a sua efetiva realização, Mané (2018) aponta o “planejamento linguístico” como a concretização ou a materialização da política linguística. Essa concretização significaria a materialização ou execução das leis ou decisões geradas a partir das políticas linguísticas do Estado, desencadeando, portanto, ações como, estudos, pesquisas e avaliação para depois possibilitar a criação de materiais oficiais e universais do ensino de uma dada língua, Namone e Timbane (2017).

O planejamento linguístico é uma atividade “intrínseca” à política linguística. Quem ainda vai normalmente afirmar esse fato é Mané (2018). De igual modo como apontam os dois autores acima citados, o termo política linguística, para ele, nada mais é além do que as políticas públicas do Estado que não só direcionando as suas ações para as áreas linguísticas, mas também afeta as outras vertentes como a esfera social, cultural e por diante. “Política linguística é um tipo de política pública, mas com pouca visibilidade”, (OLIVEIRA, 2011 *apud* MANÉ, 2018, p. 48). O que Mané (2018) pretende demonstrar com isso é que as políticas linguísticas em maioria das vezes são vistas como parte menos preocupante sobretudo da parte dos líderes governamentais. Como demonstrado anteriormente, é exatamente isso que acontece no caso guineense.

7.1 O PODER DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICAS GUINEENSE

O Estado guineense realmente herdou o sistema das políticas públicas²² deixada pelo poder colonial, em um modo mais geral, apesar de eventuais modificações que podem ser constatadas, as principais línguas, neste caso o português e o crioulo guineense estão hierarquizados de uma forma em que apresentam classificações desequilibradas, tendo em vista aos seus lugares de fala, sobretudo no âmbito acadêmico. Ou seja, entre o crioulo guineense e o português, as duas principais línguas no cenário político acadêmico, estão em debates acerca dos seus lugares sobretudo na esfera do ensino e aprendizado. Esta situação chegou ao ponto de se considerar que, por exemplo, a não inclusão da língua crioula no

²² As leis que definem quais línguas utilizar em tais localidades ou em quais circunstâncias, grosso modo, são promovidas pelas políticas linguísticas.

sistema do ensino, o que condiciona o uso obrigatório do português, contribui como uma das principais razões para eventuais fracassos escolares.

Propomos trazer umas partes da pesquisa do trabalho de Mané (2018) que fala sobre a entrevista com 10 alunos de uma das escolas em capital Bissau e 11 alunos em Bubaque (um dos setores da região de Bolama). Na referida pesquisa, o autor apresenta os idiomas como o crioulo guineense, línguas étnicas/autóctones e o português, com o objetivo de apurar sobre as línguas maternas dos alunos entrevistados.

Tabela 4 - Língua materna aprendida por alunos

Língua materna	Falantes		Porcentagem	
	Bissau	Bubaque	Bissau	Bubaque
Autóctone/local	5	0	50%	0,0%
Guineense	5	10	50%	90,9%
Português	0	0	0,0%	0,0%
Guineense e Português	0	0	0,0%	0,0%
Guineense e Autóctone	0	0	0,0%	0,0%
Autóctone e Português	0	0	0,0%	0,0%
Guineense, Português e Autóctone	0	0	0,0%	0,0%
Não souberam responder	0	1	0,0%	9,1%
Total	10	11	100%	100%

Fonte: Mané (2018, p. 60).

A pesquisa por ele feita apresenta de modo evidente uma situação linguística muito interessante. Pode-se ver que, em 100% dos alunos entrevistados em Bissau, sobre suas línguas maternas, os 50% informaram ter línguas étnicas como a primeira ou materna; já relativamente aos alunos de Bubaque, estes não apontaram para uma das línguas étnicas como a materna, o que significa que é o crioulo que possuem como a língua materna. Ele supõe que estes últimos não se revelaram suas línguas étnicas como maternas por não preferirem se expor. A referida pesquisa ainda confirma que, no caso dos alunos em Bissau, 50% dos 10 entrevistados alegam ter o crioulo guineense como a língua materna; ao passo que em Bubaque, o dado aponta para 90,9% de falantes de crioulo como a primeira língua, nos 11 alunos entrevistados.

O autor concluiu que a língua portuguesa não se acentua nessa conjuntura linguística, ou seja, nenhum dos alunos entrevistados alega ter o português como a sua língua materna, portanto, entende-se com isso que são realmente as línguas étnicas e o crioulo guineense os principais idiomas para a comunicação tanto dos alunos, quanto da população, de uma maneira geral. Com isso, é importante ter em conta que as línguas étnicas são os idiomas que

as pessoas aprendem em primeiro lugar, para depois terem o conhecimento do crioulo, nas zonas do interior do país, ou seja, nas tabancas, (MANÉ, 2018, p. 61).

Outro dado citado aqui se refere ao lugar em que os mesmos alunos aprenderam a falar a língua portuguesa. A pesquisa desencadeada pelo autor apresenta uma resposta muito clara sobre aquilo que sempre autores linguistas afirmam sobre o lugar do português na esfera social guineense. Sem mais delonga, na tabela que se segue, serão apresentados dados simples que revelam essa situação linguística:

Tabela 5 - Local (ambiente) em que o português foi aprendido

Local onde aprendeu (o português)	Informantes		Porcentagem	
	Bissau	Bubaque	Bissau	Bubaque
Na escola	10	11	100%	100%
Em outros ambientes	0	0	0,0%	0,0%
Em casa e escola	0	0	0,0%	0,0%
Em casa	0	0	0,0%	0,0%
Total	10	11	100%	100%

Fonte: Mané (2018, p. 61).

O resultado na tabela aponta para o primeiro caso, ou seja, a língua portuguesa no país é realmente aprendida na escola. Como afirmam linguistas guineenses, a escola é o primeiro sítio em que as pessoas mantêm contato direto com o português, pela primeira vez nas suas vidas, chegando, portanto, nessas localidades a falar já as línguas que aprenderam com os pais, neste caso, suas línguas maternas que, geralmente é o crioulo guineense – mais para a capital Bissau, e línguas étnicas – já mais para as regiões do interior do país ou nas tabancas.

Existe de fato uma política linguística na Guiné-Bissau que de algum modo merece ter mais atenção, sobretudo para as situações dos estudantes nas diferentes escolas do país. A situação linguística, entre outras questões, é realmente de muita importância, visto que é com base na língua que se pode ensinar, isso quer dizer que, apesar de ser necessário a hierarquização das línguas e dar prioridades necessárias no sistema educativo guineense, ainda assim, o modo como a língua portuguesa é tida em relação principalmente ao crioulo, não possibilita afirmar que existe realmente um equilíbrio ou inclusão no ensino e aprendizado. Este capítulo de políticas linguísticas, sobretudo quando se trata do contexto guineense, tem muito a ver com os dados acima apresentados, pois estes dados, de alguma

maneira representam a verdadeira realidade sociolinguística existente no país, principalmente no âmbito acadêmico.

Mané (2018) afirma que, “o contato com o português acontece de forma violenta”. Isso, portanto, é uma realidade inquestionável, pois, como demonstrado, as crianças, de maneira geral, já chegam nas escolas falando as suas línguas maternas, que é o crioulo guineense e ou uma das línguas étnicas e, ao chegarem nos locais de ensino, elas são normalmente confrontadas com uma nova língua que obrigatoriamente precisam aprender. Mas, o que se pretende dizer com isto não é que essa política linguística esteja errada, mas sim é o método de ensino e a obrigatoriedade que muitas das vezes, se não em todo os casos, cria certas dificuldades na aquisição e desenvolvimento dos conhecimentos acadêmicos da parte dos alunos.

Hoje em dia na sociedade guineense não se pode negar a existência de uma política educacional - que engloba também as políticas linguísticas - com uma certa precariedade.

A precariedade do que se fala tem também ligação com os fatos como a tanta morosidade das crianças em iniciarem os estudos, ou seja, muitas crianças, principalmente nas tabancas (aldeias), começam a estudar com idades um pouco mais avançadas, (CÓ, 2021, p. 81). Este fato tende a acontecer por motivos diversos, ora é porque as escolas ou centros de educação são insuficientes ou é o número dos profissionais da educação que está precário; ora são os pais ou encarregados da educação que não possuem as condições mínimas para matricular seus filhos. E, na medida em que estes vão crescendo longe da língua portuguesa, mais difícil vai ser as suas integrações nas escolas cuja a única língua oficial para aprender as matérias é o português.

Dada a sua fraca expansão na Guiné-Bissau, em termos da interação comunicativa na sociedade em geral, sobretudo no que se refere a cultura da oralidade, o português não poderia ser o único idioma para o sistema do ensino no país, porém, isso não lhe tiram o direito de estar no lugar onde está. Sendo mais explícito, ele pode ser a língua oficial e do ensino como acontece. O que de fato se precisa levar em consideração tem a ver com a inclusão do crioulo guineense para que possa haver um equilíbrio eficaz, que ajude a evitar, portanto, os eventuais fracassos escolares, tanto nas escolas particulares, quanto nas privadas (CÓ, 2021).

8 A NECESSIDADE DE UM ENSINO BILINGUE NA GUINÉ-BISSAU

Para aprofundar mais acerca da necessidade da implementação da língua crioula guineense conjuntamente com a portuguesa no sistema do ensino, no mesmo pé de igualdade, ou seja, o ensino bilíngue na Guiné-Bissau, uma ação de pesquisa foi desencadeada para saber das opiniões de alguns guineenses. A pesquisa foi direcionada para os estudantes do ensino superior, precisamente falando, para estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – a UNILAB, com o objetivo de apurar das suas ideias relativamente a inclusão ou não de um ensino bilíngue no país, portanto, o ensino em português e crioulo guineense. Foram entrevistados 8 alunos universitários e todos eles, de uma certa maneira, apresentaram a mesma visão. E a pergunta que foi colocada é a seguinte:

Sabe-se que na Guiné-Bissau a língua do ensino é o português, na sua opinião, é importante incluir também o crioulo e torná-lo a língua oficial do país?

Estudante 1: “Acredito que o português é importante, porém, em nome da compreensão e de maior rendimento acadêmico, as aulas devem ser ministradas em crioulo. O português pode continuar como língua oficial, não vejo nenhum problema quanto a isso”.

Estudante 2: “Sim. É importante incluí-la na escola, uma vez que, ao incluir a língua crioula na escola, ajuda mais na compreensão do texto para os nativos (população Guineense) ”.

Estudante 3: “Sim, é necessário colocar essa língua crioula como a nossa língua oficial porque, no que tange o desaparecimento da língua crioula na sociedade guineense principalmente nas zonas rurais, muitas das vezes quando um falante crioulo vai comunicar coloca a palavra do português no meio da sua fala, isso nos leva hoje a não ter à nossa própria língua que é a língua crioula por exemplo, dantes os nossos antepassados falam Espidju (espelho), hoje torna-se no espelho”.

Estudante 4: “Sim, concordo que a língua crioula seja oficializada e incluída no sistema de ensino. Isto vai tornar o processo de aprendizagem mais consolidado, porque maioria a fala com facilidade”.

Estudante 5: “Sim, pois é muito importante, ou seja, é para melhor produzir conhecimento nacional, principalmente”.

Estudante 6: “Sim, principalmente no ensino básico complementar, para que os alunos possam entender geografia, história e a matemática”.

Estudante 7: “Sim, para melhorar a autoestima dos falantes e facilitar o processo de aprendizado de línguas não maternas”.

Estudante 8: “Claro que é importante incluir a língua crioulo no ensino, pois o crioulo é mais falado do que qualquer outra língua na Guiné-Bissau”²³.

Em maioria dos casos, os autores guineenses e não só, afirmam a grande necessidade da implementação de um sistema de ensino bilíngue no país, como se pode observar nos trechos acima, essa opinião não vem apenas desses referidos autores, portanto, não se pode negar a existência de uma “incoerência” dentro da política educacional/linguística guineense.

Alguns dos entrevistados destacaram a importância do português como a língua oficial, ou seja, pode-se manter o seu status que possui, porém, no campo da educação, essa língua sozinha não seria capaz de resolver as demandas dos alunos nas salas de aulas, sobretudo nas zonas rurais, visto que ela quase não é a língua materna das pessoas nascidas no território guineense. Ainda, houve a ideia de quem entende que ao incluir o crioulo guineense como língua do ensino, isso permitiria ter muita facilidade da parte dos alunos em aprender ou compreender com maior eficácia as matérias sendo ensinadas. Não só se tratando em melhoria no processo do ensino e aprendizado, outro estudante tocou no algo que diz respeito ao sentido de nacionalismo. Isso se refere ao estudante 5, para ele, o ensino na língua crioula guineense ajudaria a criar nos alunos um espírito nacionalista e despertar seus interesses em estudar também os contextos nacionais, que poderia incluir a cultura, as línguas étnicas, dentre outros aspetos.

Tem-se falado bastante neste trabalho acerca do lugar de ocupado da língua portuguesa no ensino guineense de modo geral, no entanto, como é adotado esse processo de ensino?

8.1 O ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Ensinar utilizando a língua portuguesa pode ser já considerado como um modelo tradicional das políticas do Estado guineense, porém, é uma política da educação que, como foi trazido várias vezes pelos autores neste trabalho, não cria praticamente um ambiente eficaz da inclusão escolar. Foi mostrado nos parágrafos acima que essa política adotada pelas autoridades portuguesas e herdada efetivamente pelas nacionais, por um lado, traz benefícios

²³ Os inquiridos nesta pesquisa todos estudaram nas diferentes escolas do país, porém, beneficiaram dos mesmos programas da educação nacional.

para a sociedade guineense de um modo geral, sobretudo no que se refere a uniformização do sistema de ensino com a realidade internacional, linguisticamente, mas, por outro lado, cria um clima de menosprezo daquilo que é nacional, também em termos linguísticos.

Muitos exemplos foram levantados pelos diferentes linguistas (sendo a maioria deles bastante semelhantes) sobre as consequências de aplicação de apenas a língua portuguesa como o idioma do ensino, mesmo tendo o conhecimento de que é a língua muito menos falada pela maioria da população, em detrimento do crioulo guineense. Além de outras reformas que podem ser feitas no setor da educação guineense, a implementação do ensino bilíngue é muito fundamental, visto que isso sempre foi a conclusão unânime que é encontrada em vários momentos de abordagens dos linguistas e não só. Não chamaríamos de língua estrangeira o português que se fala na Guiné-Bissau, ela é língua nacional, só que com um número muito inferior de pessoas falantes, em relação às outras línguas presentes no país, e com um número muito mais menor ainda dos falantes que a possuem como a língua primeira. Porém, existem autores que a consideram de língua estrangeira, mas isso não faz parte da discussão no presente trabalho.

Os autores, Couto e Embaló (2010, p. 41) afirmam que não é fácil ensinar as crianças utilizando apenas a língua estrangeira, neste caso, o português. Eles consideram que as consequências disso podem ser “desastrosas”, no entanto, é essa a realidade que se encontra no país. É preciso levar em conta também que, nos primeiros anos do ensino, as crianças são ensinadas em língua crioula guineense, ou seja, os professores recorrem a esse idioma para ultrapassar essa situação que os autores acima mencionam, pois, apesar de ser oficial o não uso do crioulo guineense para ensinar as lições, dadas as dificuldades que os professores ou educadores podem ter nas salas de aulas, recorrer à língua materna – o crioulo – é uma estratégia muito mais viável para situações como essa, (COSTA, 2014, p. 70). Existe, de fato, uma boa razão para os profissionais da educação utilizarem a língua crioula nas salas com as crianças nos seus primeiros momentos de contato com a educação ou até mesmo com a língua portuguesa, pois a metodologia do ensino não faria sentido algum ou em nada adiantaria ensinar uma pessoa utilizando apenas a língua que essa mesma pessoa não compreende, portanto, na situação como essa, no caso guineense, é a língua crioula que facilita nesse processo.

Em um modo mais geral, a utilização do crioulo nas salas de aulas pelos professores não apenas acontece por motivos acima abordados, mas também por estes, em muitos casos, possuírem algumas deficiências em expressarem em português ou pelo fraco conhecimento dessa língua da parte dos alunos, (BALDÉ, 2013). E o refúgio para a língua crioula pode ser

de grande importância, visto que a compreensão das matérias para um desenvolvimento acadêmico eficiente, em maioria das vezes, é o principal objetivo dos professores das disciplinas que não sejam o português.

8.2 O ENSINO DO PORTUGUÊS

Antes de se aprofundar tanto neste assunto, é preciso levar em conta os dois aspetos, primeiro – **o ensino da língua portuguesa**, segundo, **o ensino em língua portuguesa**. No primeiro caso, é necessário entender que a forma como o português é ensinado nas escolas, de forma geral, apresenta certos problemas, ou seja, as metodologias utilizadas pelos professores nas salas de aulas nem sempre ajudam no desenvolvimento dos alunos. Esse fato se observa na priorização apenas da gramática normativa e seus conceitos. Segundo C6 (2021), no caso como este, ele afirma, “A gramática é vista como única forma que pode contribuir para que os alunos possam interagir na Língua Portuguesa de uma forma proficiente”.

É preciso ter a consideração de que a língua portuguesa que se fala na Guiné-Bissau, de fato, foi introduzida no país na época colonial como uma das formas de dominação da parte dos europeus, porém, desde que se consolidou no país e considerado de oficial, também é nacional, e não mais uma língua internacional. Portanto, ele possui as suas peculiaridades em termos das suas características variacionais que não são mais totalmente europeias. O que se quer demonstrar com isso diz respeito a realidade sociolinguística que o país possui, em outros termos, o modo como o português é ensinado nas escolas guineenses, muitas das vezes não é adequado com a realidade desse país. Quem vai debruçar também acerca desse assunto é Namone e Timbane (2017). Para os dois, existe uma realidade no país que, com apenas o ensino absolutamente baseado na gramática que se tem, torna-se difícil resolver problemas sociolinguísticas no país. Portanto, isso significa que a gramática ou materiais didáticos que se usam para o ensino do português não possuem elementos suficientes para se adequar com a realidade dos alunos, sendo assim necessárias algumas reformas nos materiais didáticos.

Já em relação à leitura, conforme Barbosa e Bizarro (2011), durante o processo da observação da aula da Língua Portuguesa, percebe-se que, a leitura é tratada na perspectiva literal e a leitura inferencial e crítica são praticamente desconsideradas. A nosso ver, ignorar a leitura inferencial e a leitura crítica significa que o trabalho pedagógico da leitura considera apenas a leitura da palavra. Freire (1989, p. 9) mostrou a relevância de unir a leitura da palavra e a leitura do mundo, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. Percebe-se que não deve haver a separação entre a leitura do

mundo e a leitura da palavra, pois a língua é composta pelo elemento linguístico e extralinguístico (CÓ, 2021, p. 83).

O estudo da gramática normativa tradicional no ensino da língua portuguesa é fundamental, no entanto, é preciso adequá-la às realidades sociais nacionais, para que seja estudada de modo que permita a integração de todos no sistema. Além de priorizar também muito a leitura e interpretação dos textos, evitando em apenas trazer as conceituações. Portanto, os alunos em maioria dos casos, como se pode também perceber nas explicações anteriores, se dedicam em apenas evitar certas circunstâncias que possam levá-los a serem “punidos”, ou seja, preocupam-se sobretudo em responder aos conceitos dos termos gramaticais de uma maneira um pouco mais superficial e tradicional, como algo que não são deles e que estão sendo obrigados a aprender ou a memorizar, sob a pena de serem reprovados ou acontecer com eles algo similar. Esse tipo de ambiente muitas vezes contribui bastante para o insucesso dos alunos nas escolas em diferentes níveis ou momentos.

Este primeiro caso abordado demonstra como a língua portuguesa é ensinada para os alunos sem, no entanto, levar em consideração as realidades sociolinguísticas presentes no país. Fato que supomos que deva ao fracasso do sistema da educação, que por sua vez assenta como o resultado de muita falta de investimento das autoridades competentes da área em questão; e falta de preparação de maioria dos professores.

8.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A questão das políticas linguísticas abordada neste capítulo tem muito a ver com a situação linguística existente na Guiné-Bissau, principalmente quando se refere ao uso do crioulo e português. Como apontam em alguma passagem neste trabalho, as línguas estão classificadas socialmente em termos de lugares de prestígio e de necessidade comunicacional do Estado, com um método hierárquico. Em outras palavras, é a língua portuguesa, a única oficial do país até então, que se posiciona como a primeira do país, na segunda posição, vem a língua crioula guineense, praticamente a mais falada em todo o território nacional e, por última posição, aparecem as línguas étnico tribais. Portanto, é bom salientar que esta classificação não se refere ao número de seus falantes.

O poder que a política linguística exerce sobre as línguas nacionais na Guiné-Bissau nem sempre ajuda na resolução de certos problemas que por sua vez podem ser associados com os eventuais fracassos escolares, pois é inegável que a língua possui uma relação muito

intrínseca com o setor da educação, visto que não se pode ensinar sem a utilização de uma língua.

Os dados apontados na tabela, retirados do trabalho de Mané (2018) podem ser uma das provas concretas que tentam explicar a desconformidade existente entre o poder da política linguística que se vê no país e a realidade linguística, sobretudo na área do ensino e aprendizado.

Por outro lado, por ter uma ligação com questão linguística do país, o ensino da língua portuguesa deve merecer atenção dos profissionais da área e não só. Ou seja, a forma como essa língua é ensinada, como apontam alguns autores supracitados, raras vezes obedece às normas da sociedade em termos linguísticos. Isto significa que as realidades linguísticas dos alunos, que possuem língua crioula ou uma das étnicas como a primeira, sobretudo quando se trata das zonas rurais, não são levadas em consideração e o ensino obedece totalmente às normas tradicionais da gramática.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, abordamos questões viradas aos assuntos linguísticos da Guiné-Bissau, com um enfoque particular para o crioulo guineense como a língua veicular, um idioma que desempenha papel muito fundamental no que respeita a uniformização linguística da sociedade do que se trata. Em primeira mão, optamos por bem fazer uma contextualização do país, portanto, deu-se início a abordagem das questões territoriais e da localização geográfica e também foi abordado o panorama histórico do país tendo em conta aos períodos pré-coloniais, coloniais e pós-colonial.

Falamos da questão dos contatos de línguas na Guiné-Bissau, numa perspectiva linguístico e histórico, com um enfoque no processo de colonização.

Devido ao tamanho do país, os diferentes grupos étnicos convivem quase juntos, existe de fato uma relação muito intrínseca entre as etnias que vivem num contato contínuo. Numa das seções desenvolvidas neste trabalho, foi abordado que até certas línguas apresentam grandes semelhanças, chegando ao ponto de serem consideradas de uma mesma língua. Assim como acontece com as línguas, as culturas e modos de ser apresentam também muitas semelhanças em algumas etnias do país.

Trouxemos também a relação língua/cultura. Não se pode negar que a língua sempre anda de mão dadas com a cultura do povo que a carrega. Neste trabalho, foi debatido a relação existente entre as línguas e as culturas existentes na Guiné-Bissau. As línguas étnicas possuem um papel muito importante na questão de representatividade dos indivíduos no país. Para se ter uma ideia, concluiu-se que os nomes tradicionais de algumas pessoas muito têm a ver com as circunstâncias que nasceram essas pessoas, os seus nomes também são capazes de informar de que etnia é a pessoa.

Por outro lado, vale considerar que, dada essa conjuntura heterogênea dos grupos étnicos, com as suas línguas, culturas e tradições, a presença da língua crioula guineense neste cenário aparece como um fator muito crucial. Diferentemente como acontece com o caso da Angola ou Moçambique, em que a língua veicular é o português, concluímos que o caso da Guiné-Bissau apresenta uma situação diferente, ou seja, entre a língua portuguesa e as línguas étnicas africanas, existe o crioulo guineense como a língua veicular do país.

Do ponto de vista social e educacional, situação do uso do crioulo na Guiné-Bissau oferece muito a falar. Entre várias vertentes em que podem ser debatidas questões ligadas a esta língua, o lugar de merecimento dela é uma das principais, sobretudo quando se toca no campo das políticas linguísticas vinculadas às políticas educacionais do país. Os autores

citados aqui todos apontam para uma educação de qualidade e inclusa para todos os cidadãos, para isso, eles demonstram ter ideias em comum no que toca com a implementação de um sistema de ensino bilíngue no país como uma das soluções.

Os dados aqui que revelam essa realidade foram adquiridos todos a partir dos estudantes, no entanto, de diferentes faixas etária. Para reforçar as citações trabalhadas, as informações retiradas dos questionários feitos ajudam a ter a ideia de que realmente muitos alunos apresentam certas dificuldades em lidar com apenas a língua portuguesa nas salas de aula, sendo, portanto, para eles maioritariamente a segundo ou até mesmo a terceira língua. Este fato acontece mais para as zonas do interior do país, nas localidades mais distantes da capital Bissau. As crianças chegam nas escolas falando as suas línguas étnicas ou crioulo guineense, esta última nem sempre deixa de oferecer grandes desafios para elas e, no caso como este, as crianças precisam primeiramente passar no processo de aprendizagem do crioulo de modo informal, e só depois poderem compreender e familiarizar-se com a língua portuguesa.

Portanto, relativamente a esse cenário, concluímos que a política linguística que se vê na Guiné-Bissau decerto não ajuda em resolver as questões linguísticas na sociedade em geral.

Por fim, dada a essa dinâmica que o crioulo apresenta para com a sociedade guineense, é de esperar que as autoridades competentes consintam junto com os investigadores do país em criar condições para o fortalecimento do sistema da educação no seu todo, considerando a promoção dos estudos científicos pelo menos para o crioulo guineense.

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. **O Crioulo Guineense e a Oratura**, SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91. 2º sem. 2006.
- BALDÉ, Baró. **Formação de Professores de Língua Portuguesa na Escola Normal Superior “Tchico Té” – Guiné-Bissau**, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, **Boletim Estatístico da Guiné-Bissau: Guiné-Bissau em Números**, 2017.
- CÁ, Emelson Ntchala. **Abordagens de Ensinar Português Língua Segunda no Contexto Guineense de Ensino Médio e Superior**, Brasília/DF, 2019.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **A Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**, Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v. 2, n.1, out. 2000.
- CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Estado e Poder tradicional na Guiné-Bissau: Uma Análise da (Ré) Inserção dos Líderes Tradicionais de Caió no Cenário Político e Administrativo (1991-2020)**, SALVADOR, 2022.
- CÓ, Vaz Pinto. **A Manifestação do Olhar Exotópico na Escrita Acadêmica dos Estudantes Guineenses Falantes do Português como Língua Adicional (PLA) na UNILAB, FORTALEZA – CEARÁ**, 2021.
- COSTA, Paula Mendes. **Descrição Fonológica do Crioulo Guineense**, RECIFE, 2014.
- COUTO, Hildo Honório do e EMBALÓ, Filomena. **Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau**, Universidade de Brasília, nº 20, 2010.
- COUTO, Hildo Honório do. **O Crioulo Guineense em Relação ao Português e as Línguas Nativas**, Universidade de Brasília, CDU 800.88: 806.0.
- DJAU, Rachido. **Situação Sociolinguística, Cultural e Étnica na Guiné-Bissau e Sua Implicação**, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 2, n. 12, p. 111-124, jul/dez. 2015. ISSN 2175-1846.
- EMBALÓ, Filomena. **O Crioulo da Guiné-Bissau: Língua Nacional e Fator de Identidade Nacional**, PAPIA 18, 2008, p. 101-107.
- IÉ, Eliseu José Pereira. **Pequena Longa Viagem Literatura Guineense**, Rio de Janeiro, 2019.
- INTIPE, Bernardo Alexandre. **Unidade Linguística na Diversidade Linguística: O Caso do Crioulo da Guiné-Bissau**, São Francisco do Conde, 2018.
- INTUMBO, Incanha. **Estudo Comparativo da Morfossintaxe do Crioulo Guineense, do Balanta e do Português**, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 2007.

MANÉ, Baticã Braima Ença. **Ensino do Guineense nas Escolas: O que Pensam Professores e Alunos de dois Estabelecimentos de Ensino da Guiné-Bissau**, São Francisco do Conde, 2018.

MELLO, Maria Aparecida Curupaná da Rocha de. **A Questão da Produtividade Morfológica do Guineense**, Brasília – DF, 2007.

NAMONE, Dabana e TIMBANE, Alexander António. **Consequências do Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental na Guiné-Bissau 43 Anos Após a Independência, Mandinga** – Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017.

NAMONE, Dábana e TIMBANE, Alexandre António. **Tensão entre Escrita e Oralidade no Ensino – Aprendizagem do Português na Etnia Balanta Brassá (Tombali) da Guiné-Bissau**, Revista (Entre Parênteses) Número 7, Volume 1, 2018 – ISSN 2238-4502.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de, BAIO, João Paulo e INJAI, Basílio Félix. **A Inserção do Contínuo Português às Variedades Africanas do Português**, TODAS AS LETRAS U, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4794/4070>.

RUBIO, Cássio Florêncio e CÁ, João Fernando. **A Avaliação do Português e das Demais Línguas na Guiné-Bissau por Estudantes Guineenses do Ensino Secundário**, Caderno de Letras, nº 33, Jan-Abr - 2019 - ISSN 0102-9576.

SÁ, Leni António. **A História do Império de Kaabu “Mama Djankè Wali”**, Conhecer a História, 2020.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos. **Aspetos Prosódicos do Português da Guiné-Bissau: A entoação do Contorno Neutro**, São Paulo, 2015.

IÉ, David. **Política Linguística em Língua Guineense: Caso Implícito**, CURITIBA, 2022.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português: O Ensino Bilíngue Português-Crioulo Guineense**, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

SILVA, Ciro Lopes da e SAMPA, Pascoal Jorge. **Língua Portuguesa na Guiné-Bissau e a Influência do Crioulo na Identidade Cultural e no Português**, RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa – nº 31 – 2017.